ARQUITETURA

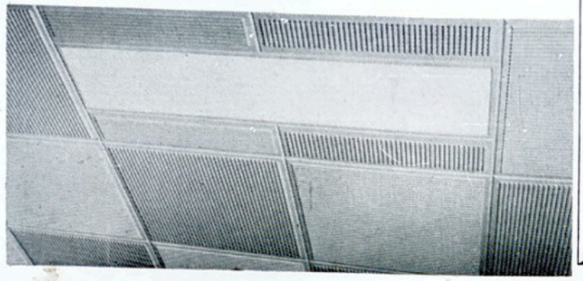
fevereiro, 1964

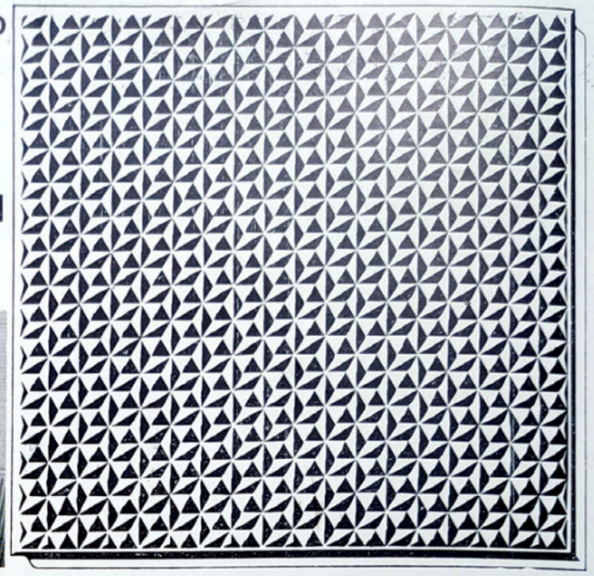


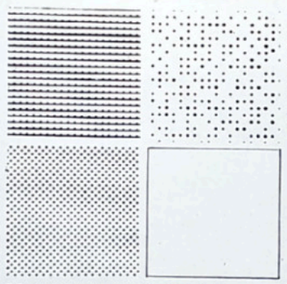
20

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRAS

Fôrro de gêsso Gessoplac: eterno, decorativo, isolante, e incombustível







Na verdade, são incontestáveis as vantagens do fôrro de gêsso Gessoplac sôbre qualquer tipo de fôrro. Esta afirmação não é gratuita e baseia-se em razões sólidas. Veja:

O gêsso é um material que, com o passar do tempo, fica mais resistente. O fôrro de gêsso Gessoplac é, porisso, eterno. E é também removível e reaproveitável.

Material nobre e homogêneo de grandes possibilidades plásticas, nada pode superar o fôrro de gêsso Gessoplac quanto à aparência e possibilidades decorativas, resolvendo técnica e plàsticamente, os problemas de iluminação.

Uma outra característica do gêsso e, portanto do fôrro de gêsso Gessoplac, é a estabilidade e inalterabilidade do material: não empena, não racha, não abre fendas, não bicha. Dispensando entarugamento, não sofre também os efeitos de sua instabilidade.

O gêsso é incombustível. Porisso, submetido durante 15 minutos a uma temperatura de 750° (teste realizado pelo Instituto de Pesquisas Técnológicas conforme certificado oficial n.° 222.315) concluiu-se que o fôrro de gêsso Gessoplac não se incendeia, que não houve produção de gazes combustíveis, não se observando também nenhuma elevação de temperatura.

O fôrro de gêsso Gessoplac, como se viu, é perfeito isolante térmico, poupando porisso, os aparelhos de condicionamento de ar. É também isolante acústico, com grande coeficiente de absorção (certificado oficial do IPT n.° 12.677). Para a perfeita isolação térmica e acústica contribui também a manta de lã de rocha de que são revestidas as chapas.

Por ser eterno e reaproveitável, o fôrro de gêsso Gessoplac seria, só por isso, a melhor solução do ponto de vista econômico. Mas há ainda outros fatores que contribuem para a redução do seu custo: sendo incombustível, reduz a taxa de seguros e o custo de colocação (incorporado ao preço) é baixo, dada a rapidez com que se processa.

Formato das chapas: 0,60x0,60m.

As chapas são presas por meio de tirantes de arame galvanizado sustentados por pregos de aço fixados a revolver.

Suportes de alumínio na borda fixadora garantem uma fixação segura.

Colocação sob a responsabilidade do departamento especializado da Gessoplac

GESSOPLAC

Rua Marconi, 31 6.° andar tel.: 34 01 19 São Paulo

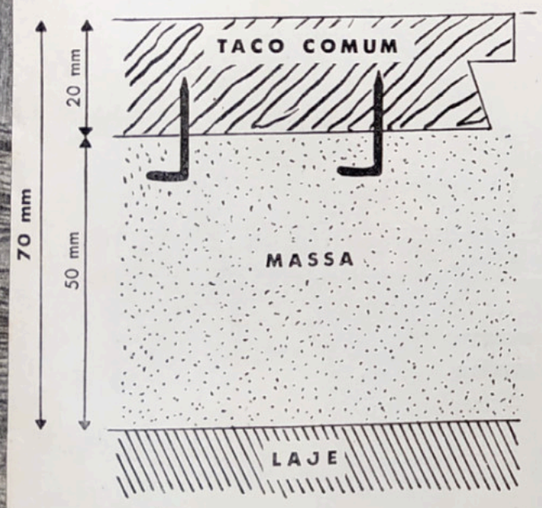
REPRESENTANTES: Porto Alegre: HEUSER & CIA. LTDA. – R. Vig. José Inácio, 371 – 9.° And. – S/ 913 – Galeria Rosário – Fone: 5082 – Cx. Postal 1678 • Rio de Janeiro: ENG.° CELSO PIRES LEHNEMANN – Av. Rio Branco, 156 – Grupo 2810 – Fone: 52-8292 • Campinas: WALDIR A. HEIDRICH E CARLOS LIMA Rua Dr. Costa Aguiar, 698 – 11.° and. – S/ 1105 – Fone: 8-5137 • Barra Mansa: CYRANEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO – Av. Joaquim Leite, 604 – S/ 214

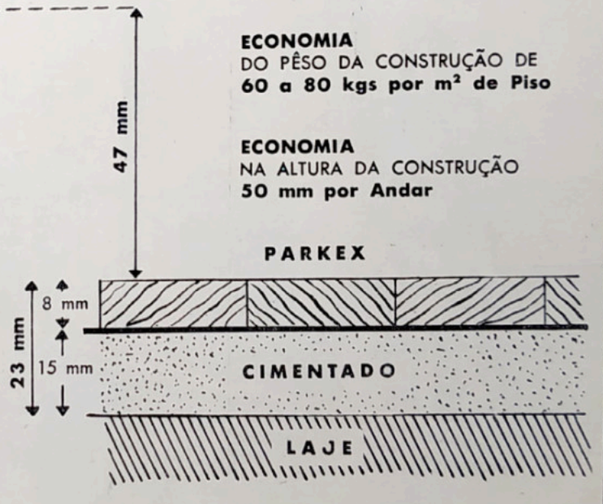
PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior!

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**

E SUAS VANTAGENS





ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Andar

PARKEX S. A.

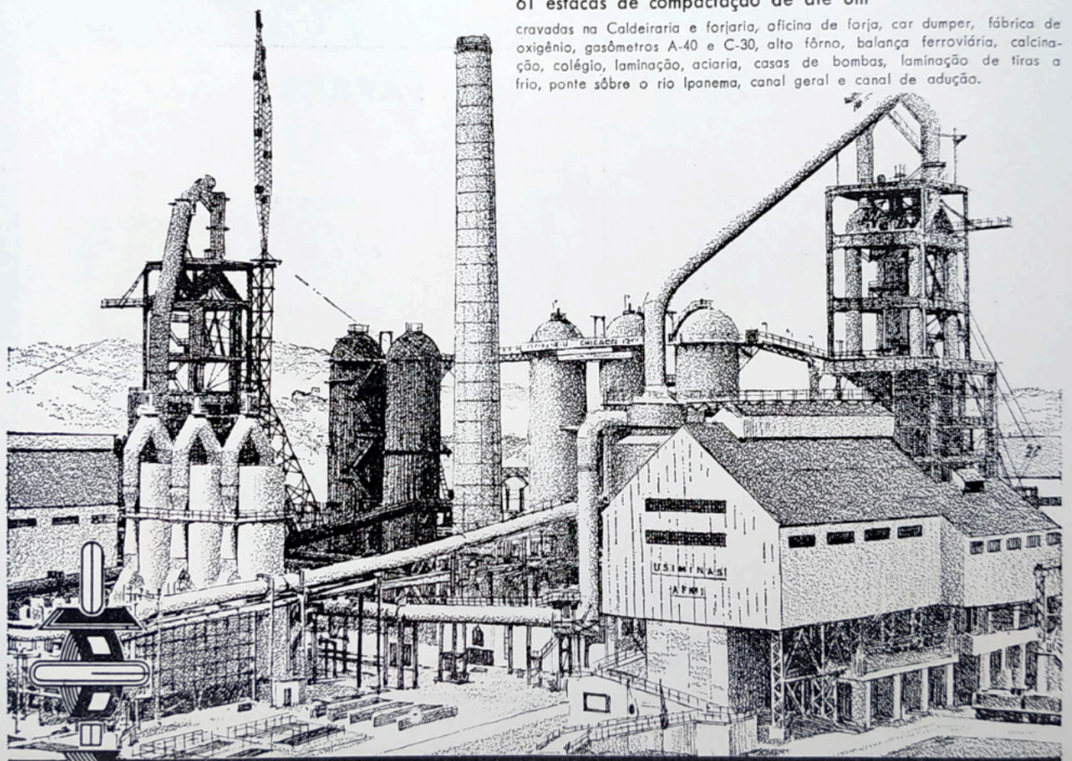
INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 1410 – TEL.: 43-7798

marcos fundamentais do progresso brasileiro

O progresso do Brasil é comprovado, entre outras realizações, pela ampliação do seu parque industrial. Um dos maiores centros siderúrgicos do país é certamente a USIMINAS — Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — representada por um conjunto de imponentes edifícios na construção dos quais se exigiu o melhor da capacidade realizadora e da iniciativa dos engenheiros e operários brasileiros. Visou-se aí, também, as soluções mais econômicas e tècnicamente corretas, dentre as quais se distinguiram as apresentadas por ESTACAS FRANKI que se orgulha de assim ter contribuido para a nossa emancipação econômica, simbolizada na construção da USIMINAS — sem dúvida um dos marcos fundamentais do progresso brasileiro.

USIMINAS S. A. - Ipatinga, MG
6.220 estacas Franki de até 22 m
61 estacas de compactação de até 8m
cravadas na Caldeiraria e forjaria, oficina de forja, car dumper, fábrica de oxigênio, gasômetros A-40 e C-30, alto fôrno, balança ferroviária, calcinação, colégio, laminação, aciaria, casas de bombas, laminação de tiras a frio, ponte sôbre o rio Ipanema, canal geral e canal de adução.



estacas **FRANKI** ltda.
o especialista para suas fundações

Rio: Avenida Rio Branco, 311 - 10.º andar - Tel. 22-7630
São Paulo - Belo Horizonte - Vitória - Curitiba - Pôrto Alegre
Recife - Salvador - Goiânia - Brasília - Juiz de Fora - Belém

Record 21025

iab INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL — DEPARTAMENTO DA GUANABARA
AV. RIO BRANCO, 277 GR. 1301 — RIO DE JANEIRO — GUANABARA TEL. 22-1709

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1964.
Circular nº 3 - 63/65

Prezado Colega

Vimos pela presente propor o aumento das contribuições que V. paga para ter o seu órgão de classe funcionando.

Êsse aumento torna-se inevitável e inadiável. As razões são claras: O IAB-GB vive, exclusivamente, das contribuições pagas pelos associados, sendo indispensável o reajustamento periódico dessas contribuições face a elevação do custo de vida. Medindo essa elevação pela variação do salário mínimo, estabelecemos, para seu esclarecimento, o seguinte quadro comparativo:

Em 1961 a mensalidade do IAB-GB correspondia a 1,7% ao salário mínimo então vigente na Guanabara; em 1963 essa relação descia para 1,58% e com o valor agora fixado (Cr$ 1.500,00 por trimestre) não chega atingir 1,2%.

Verifica-se, pois, que na realidade, não acompanhamos a elevação do custo de vida. Limitamo-nos, simplesmente, a elevar as contribuições dentro do mínimo necessário a manter a sede, e os serviços, pagar os funcionários e a ocorrer a outras despesas indispensáveis.

Para evitar o paulatino aviltamento da arrecadação das contribuições, face a elevação do custo de vida e dos serviços, venha a se refletir no funcionamento do Departamento da Guanabara. a atual Comissão Diretora programou para o ano de 1964 uma grande campanha de novos sócios. Oportunamente divulgaremos detalhes desta campanha para a qual desde já contamos com a sua colaboração.

Antonio Pedro de Alcântara
1º Tesoureiro

DOS SEUS MIL E QUINHENTOS CRUZEIROS DEPENDE A EXISTÊNCIA DO IAB-GB. NÃO BASTA PAGAR SUAS CONTRIBUIÇÕES EM DIA. COLABORE COMPARECENDO AS REUNIÕES DAS QUINTAS FEIRAS.

impermeabilizando há mais de 50 anos...



marquises
terraços
caixas d'água
sub-solos
calhas
piscinas
etc.

CAVO

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
RUA SANTA LUZIA, 685-10º
TEL. 32-2270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

FILIAL
RUA PRESIDENTE SOARES BRANDÃO, 163
TEL. 33-5998
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

FILIAL
RUA GOITACAZES, 14 - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO, 556 - S. 701/2
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA



Funcionária para todo serviço

(recém-saída de um curso de aperfeiçoamento)

Perita em escrituração simultânea de Diário, Contas e Razão, registro de compras e contas de fornecedores; fôlha de pagamento, ficha financeira individual e envelope, recibo de pagamento; diário de estoque e ficha de artigo. Enfim, tôda uma série de serviços contábeis.

E o faz com perfeição, rapidez e segurança.

Nunca falta ao trabalho, nem pede aumento. Concluiu, há pouco, um curso de aperfeiçoamento, ganhando como prêmio de formatura um carro novo e reluzente, muito mais leve e fácil de manejar.

Sua emprêsa é grande, média ou pequena?

Não importa. Trata-se de uma personalidade altamente democrática, que terá prazer em servi-lo com solicitude e eficiência.

Marque uma entrevista com ela. E mande preparar uma rodada de café. Ela não virá sòzinha. Trará consigo uma equipe de técnicos e planejadores que – em função dela – tornarão muito mais eficazes as operações de sua firma. De modo que a coluna de lucros seja sempre muitas vêzes maior que a de perdas.

Ah! ...íamos nos esquecendo de apresentar pelo nome sua nova funcionária: é a Nova Máquina Remington de Contabilidade.



Remington Rand

Caixa Postal, 1025 - Rio de Janeiro



cobertura horizontal?

meios-tubos

Eternit

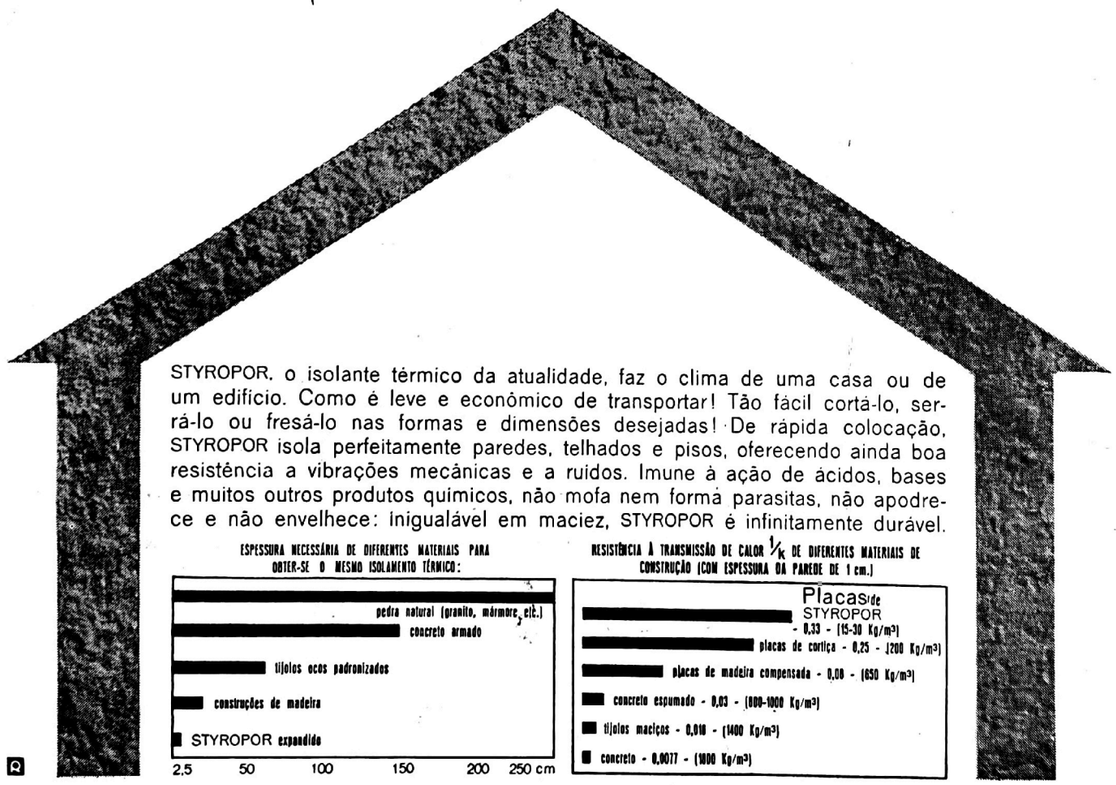
Aliando a beleza estética à funcionalidade, os meios-tubos ETERNIT proporcionam coberturas horizontais impermeáveis e de duração ilimitada. Suas dimensões, além de aumentarem o rendimento da montagem, permitem beirais de grandes balanços. Com a junção de duas ou mais peças, pode-se cobrir grandes áreas sem calhas intermediárias. Os meios-tubos de cimento-amianto ETERNIT constituem a solução adequada para coberturas horizontais.

Consulte os Serviços Técnicos Eternit.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S.A.

eternit é cimento amianto há mais de 60 anos

clima pode ser construído?



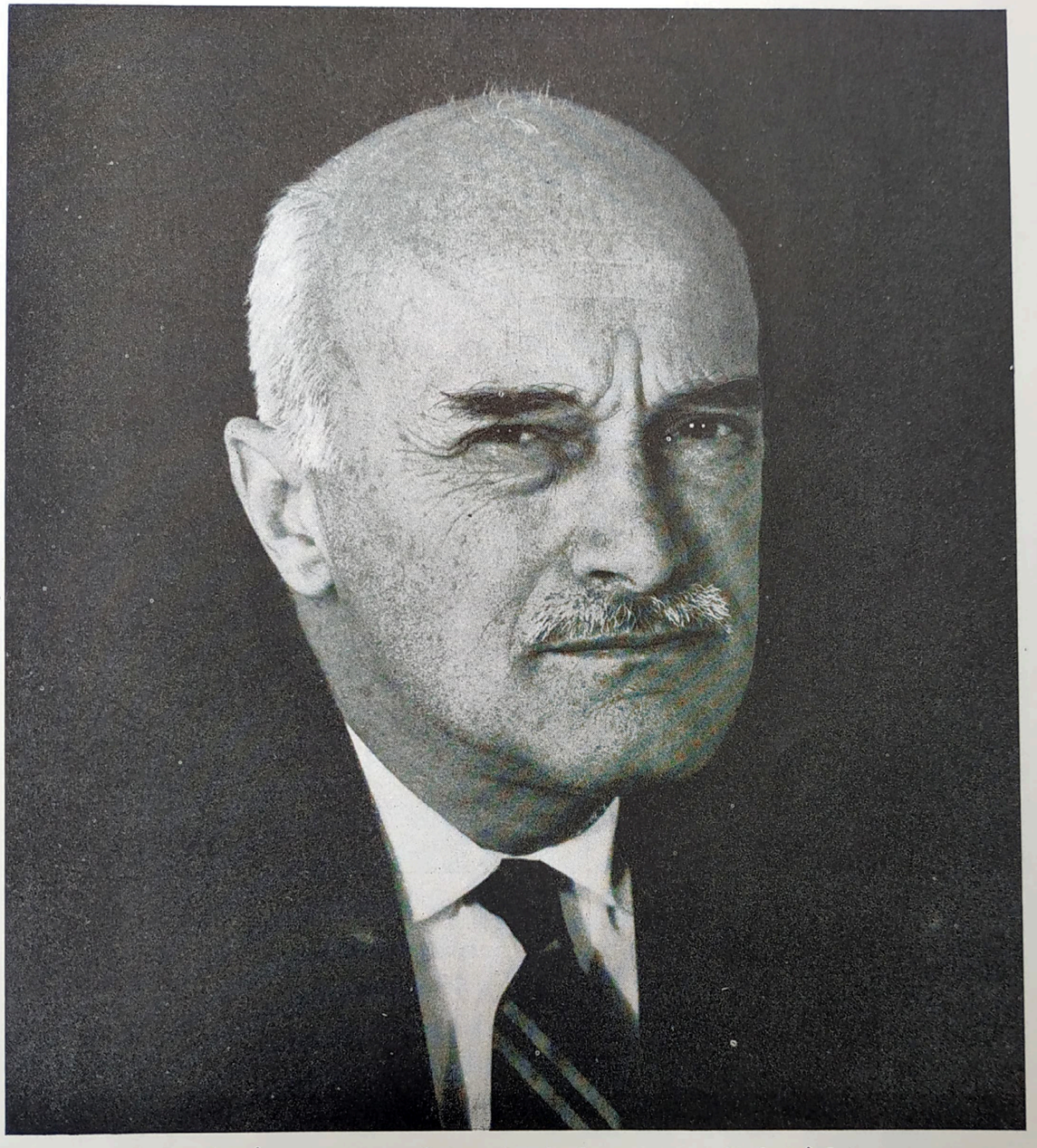
Chapas isolantes de

STYROPOR

® MARCA REGISTRADA

prontas na exata dimensão fazem perfeita a construção

Produzido pela Cia. de Produtos Químicos IDRONGAL – Caixa Postal 302 – GUARATINGUETÁ – Est. de São Paulo – Maiores detalhes e folhetos com os distribuidores: QUIMICOLOR – Cia. de Corantes e Produtos Químicos – Av. São Luís, 86 - 11.º e 12.º andares - Tel. 36-7119 - São Paulo



Passei três meses coletando dados para o Relatório aos Acionistas, e tudo que êles notaram foi o revestimento Codeplac que forra as paredes da sala de conferências.

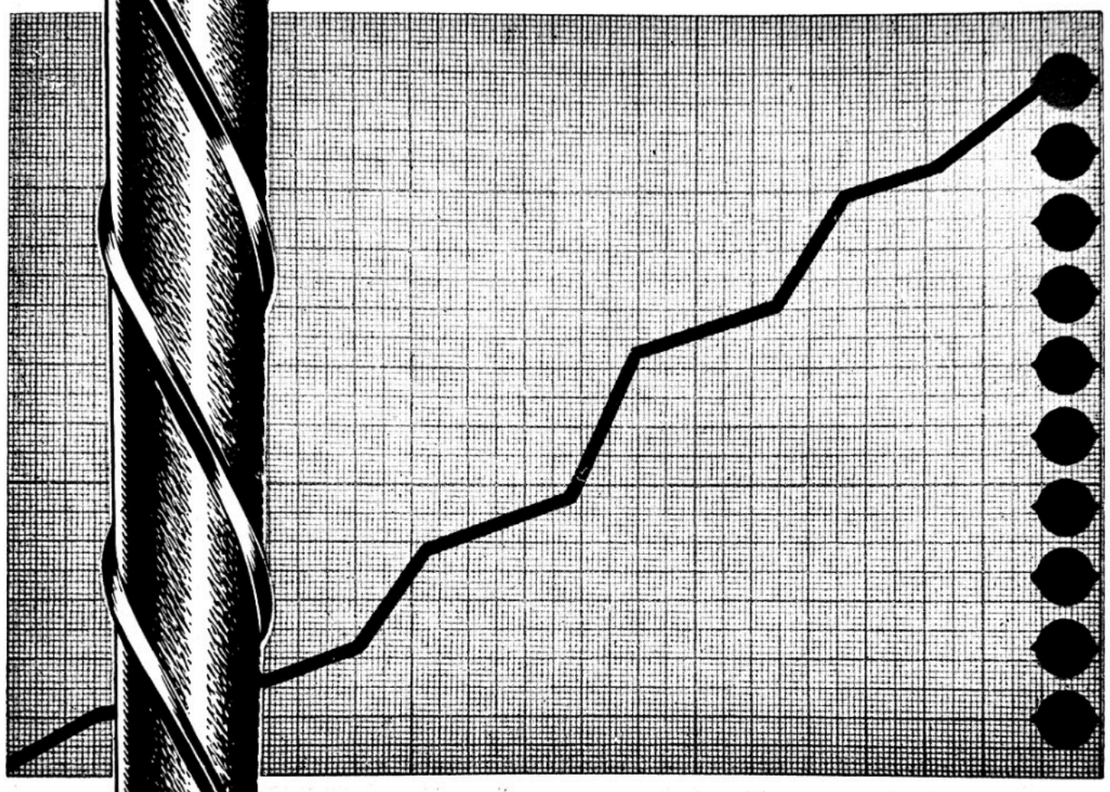
Codeplac - Chapas de Madeira para Revestimentos - disponíveis em jacarandá, cerejeira, cedro, imbuia, amendoim, marfim ou pinho. Instalam-se ràpidamente.

codeplac

Codega & Cia. Ltda. – Caixa Postal 405
CURITIBA - PR

Standard - SP

Exito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.
Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

ARQUITETURA

N.º 20 — Fevereiro — 1964

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — Publicação da Editora Artevona Ltda. - Trav. 11 de Agôsto, 6/201.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique e. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Odylo Costa, filho; Alfredo L. Britto — IAB; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RGS; Jorge Wilheim — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello — IAB-PE; Afonso Baqueiros Rios — IAB-BA; Carlos Eugenio Hime — IAB-DF; Almir Fernandes — IAB-PR; Elio Vianna — IAB-ES.

Editor:

Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Maurício Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Brito — IAB; departamento de arte — Roberto Scorzelli — IAB.

Colaboradores: Claudius Ceccon — IAB; Ferreira Gular, Carlos Diegues, Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo.

Editora Artenova Ltda. — Diretores: Alvaro Pacheco, Odylo Costa, filho e Cícero Sandroni — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.º 22-1703, — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Trav. 11 de Agôsto, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2641; Rio - GB.

Representante em S. Paulo: REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512.

Esta publicação é distribuida gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 350,00; exterior US $1; assinaturas: 1 anos — Cr$ 3.400,00; exterior: US $10, tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: EDIGRAF — Editora e Gráfica Ltda. — Pç. Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

SUMARIO

2 Editorial

Dois Fatcs

3 Projeto

Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília

6 Reportagem

Aspectos do VII Congresso da UIA

12 Concurso

Monumento Playa Giron

16 Humorismo

Claudius

17 Galeria

Artes Visuais

Ferreira Gullar

Cinema

Carlos Diegues

Teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

Música

Nelson Lins de Barros

22 O Caso Doxiadis

24 Destaque

28 Notícias

31 Legislação

Dois fatos

Primeiro foi a intempestiva contratação, pelo Govêrno do Estado da Guanabara, de uma firma grega de planejamento. Ecoando como uma bomba entre os arquitetos cariocas, a notícia logo se propagou, em cadeia, pelo país inteiro, sensibilizando todo o meio arquitetônico. Depois, a boa nova de que o Govêrno Federal criando a COPURB, dispunha-se, enfim, a enfrentar sèriamente os gravíssimos problemas brasileiros de desenvolvimento urbano. Oos dois fatos galvanizaram a atenção dos arquitetos neste início de ano e, ao repercutirem na imprensa de Norte a Sul, ganharam outra dimensão.

Pela primeira vez no Brasil, aspectos relacionados com o equacionamento dos problemas de desenvolvimento e planejamento urbano saem da esfera estritamente técnica para tomar fôro de fato político de maior envergadura. O acontecimento é auspicioso pois traz em si germes de uma reação capaz de modoficar efetivamente o quadro do antiurbanismo vigorante.

Agora não existe mais dúvida. O urbanismo torna-se afinal, no Brasil, fenômeno político dos mais significativos. Aos poucos a idéia da necessidade de planejamento vai se firmando na consciência de consideráveis setores da população. Os dois fatos recentes e sua repercussão demonstraram cabalmente que o brasileiro amadureceu para os aspectos do equacionamento correto dos seus problemas urbanos. Sabe-se, hoje, que urbanismo não pode ser confundido com o loteamento das "urbanizadoras" ou com as praças — de belas perspectivas coloridas — programas para vésperas de eleições. Tampouco, com os chamados planos de "casas populares", com os quais durante tanto tempo amplos setores da população foram engodados.

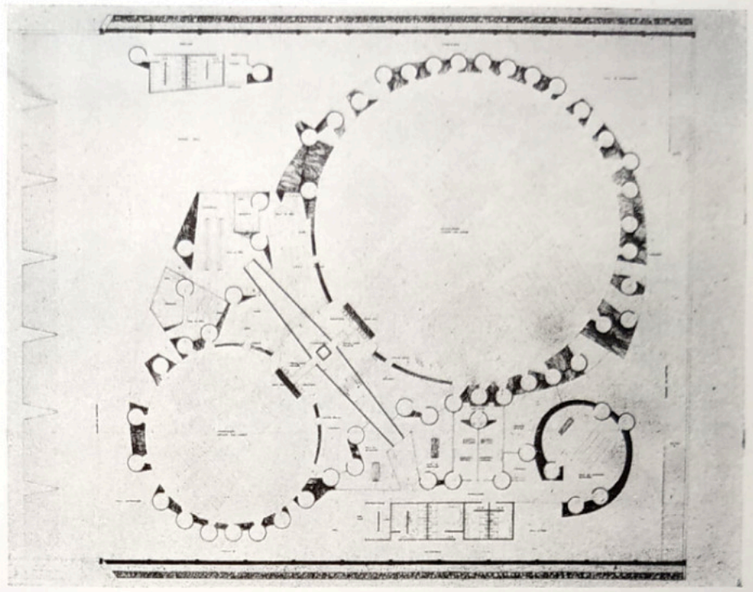
Urbanismo, ou visão global do território municipal, regional ou nacional, é algo que transcende os aspectos meramente eletoreiros de uma "política de clientela" ou de "planos de obras". Contém, em seu âmago, elementos seguros de aglutinação das necessidades culturais, sociais e econômicas da população. Falta ainda, é certo, à população uma linguagem fácil, acessível, para formular e traduzir em têrmos práticos de luta democrática a essência destas necessidades. A nós, arquitetos, compete suprir a deficiência, transformando conceitos urbanísticos em temas reinvindicatórios.

Os fatos envolvidos na formulação dos problemas de uma cidade mesmo das menores — são de tal ordem e de tal complexidade que excluem qualquer possibilidade de êxito às soluções tentadas sem base em um perfeito conhecimento de suas condições e da participação consciente da sua população. Iniciativas desvinculadas dêste princípio foram tentadas pelo Brasil afora. Redundaram em evidentes fracassos. Não se aculturam princípios de planejamento assim, sem mais nem menos. Nossa política urbana baseou-se exclusivamente, até aqui, na improvisação, no remendo. Abrir uma avenida aqui, colocar uma adutora ali, rasgar alguns túneis e pistas para desafogar um tráfego caótico, construir algumas dezenas de "casas populares" para iludir a fome de moradias e, ao mesmo tempo, deixar ocupar e usar o solo urbano da maneira mais predatória. Neste quadro, predominam os famosos "planos de obras", bolados para darem certo resultado nas urnas. Nenhuma consideração mais ampla, mais profunda ou mais consequente, procura dar a êsses "planos" a perspectiva e a projeção indispensáveis à criação da cidade como expressão máxima da cultura de sua população.

A finalidade do planejamento é a própria população — seu confôrto, seu bem estar, suas reais possibilidades de sadia e integral realização. Um planejamento desta ordem, para vingar, deve ser visceralmente democrático, excluindo, portanto, as decisões de cúpula e as resoluções de gabinete. A população tem o direito de decidir sôbre o que mais lhe convém. Para tanto, é preciso que os membros da comunidade se compenetrem da importância e do alcance dos podêres outorgados aos seus governantes. Os podêres constituídos do município, da cidade, têm à sua disposição instrumentos legais da maior amplitude. Dêles depende a legislação do uso da terra e do direito de construir. A êles cabe o poder de polícia sôbre êstes elementos fundamentais de qualquer política urbana.

A culpa do estado em que se encontram nossas cidades não pode ser imputada aos profissionais do planejamento — arquitetos, sociólogos, economistas, engenheiros, geógrafos e tantos outros. Muito poucas vêzes êles foram consultados. Intervieram, outras vêzes, sem serem chamados, sem sucesso. Foram repelidos ou não levados em conta. Assim, a cidade brasileira cresceu ao sabor da omissão dos seus governantes. Hesitantes, confundidos, ou comprometidos, êsses governantes permitiram que os interêsses dos que especulavam com a terra — cujo valor é resultado da obra comum — predominassem sôbre os verdadeiros objetivos do desenvolvimento da aglomeração humana. Esta contradição plasmou o ar e o caráter da cidade brasileira. Cidade que cresceu desordenadamente, sem plano, pontilhada de zonas de habitações antihigiênicas, de tráfego caótico e desumano, onde a especulação desenfreada da terra gesta áreas sujas e poluidas, e determina a segregação e a estratificação da população repartida em bairros que revelam uma odiosa discriminação.

Mas, os dois fatos referidos podem mudar as regras do jôgo. Para um lado ou para o outro. Podem significar, com a COPURB, o início do ciclo áureo de uma arquitetura autênticamente integrada num espaço urbano concebido e pensado em têrmos de cultura brasileira. Ou, com a importação de planejadores, entrar no campo das mágicas fórmulas internacionais, desvinculadas da realidade nacional, e nossas cidades serão tão brasileiras quanto as planificadas pela maquinária do D.I.A. em Gana, no Paquistão ou no Sudão.



1.º prêmio: Ubirajara Mota Ribeiro — IAB - SP

Projeto

Prêmio Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília

Encerrado os trabalhos, a Comissão Julgadora do Concurso de Anteprojetos para a Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília, determinou:

1.º — Conceder o 1º prêmio ao projeto nº 011 (identificado posteriormente como sendo do arq. UBIRAJARA MOTA LIMA RIBEIRO — IAB — SP) que apresenta entre outros, os seguintes valores: idéia original, ambientes com acentuado sentido religioso, coerência com o meio urbano, marco monumental, simplicidade construtiva (embora a solução de planta sugira o contrário); **a Comissão julga que, no possível desenvolvimento do projeto o arquiteto deve preocupar-se, ouvindo a Igreja, em acentuar os valores simbólicos de acôrdo com as necessidades e a liturgia propriamente dita da Igreja Presbiteriana.**

2.º — Não conceder 2.º e 3.º prêmios.

3.º — Sugerir que as quantias correspondentes aos 2.º e 3.º prêmios sejam distribuídas em partes iguais aos autores dos projetos de números 09 e 19 a título de **Menção Honrosa.**

(Projeto 09 — Arq. ADOLPHO RÚBIO MORALES — IAB — SP e projeto 19 — MARCOS KONDER NETTO, Arq. e HIRCIO FERMO DE MIRANDA, Arq. associado IAB — GB).

O JULGAMENTO

A Comissão foi constituída pelo Rev. EUDALDO SILVA LIMA — presidente, e dos arquitetos SABINO BARROSO, EDGARD GRAEFF, LESCIE RICHARD INKE e BENJAMIN ADIRON RIBEIRO.

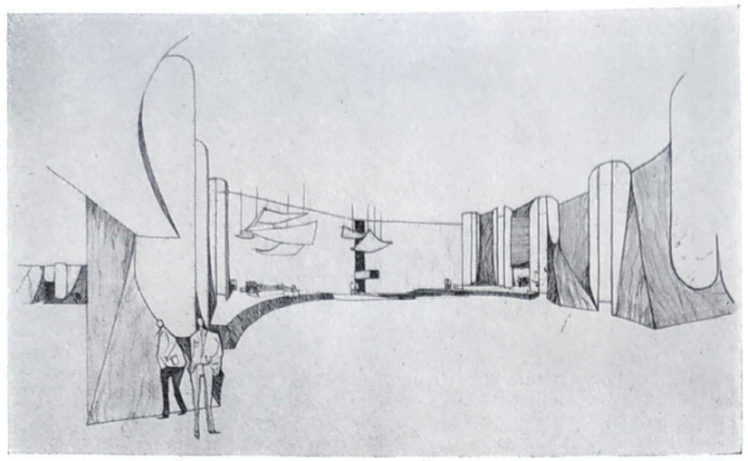
Como critério de apreciação e julgamento, a Comissão estabeleceu a ponderação de valores sob os seguintes itens:

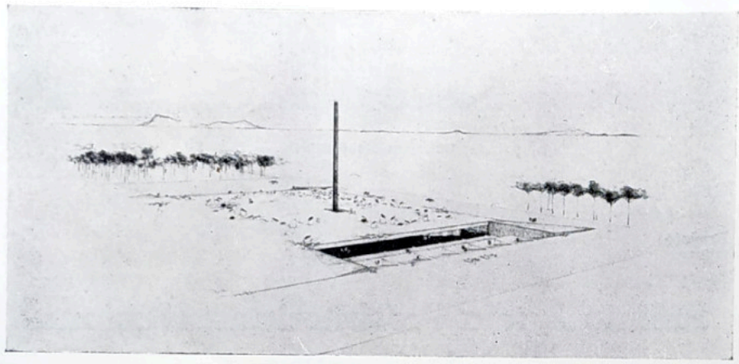
1 — Funcionalidades — (pêso 4):
- a) como atende ao programa;
- b) distribuição;
- c) circulação;
- d) diversões;
- e) acústica;
- f) visibilidade;
- g) ecologia.

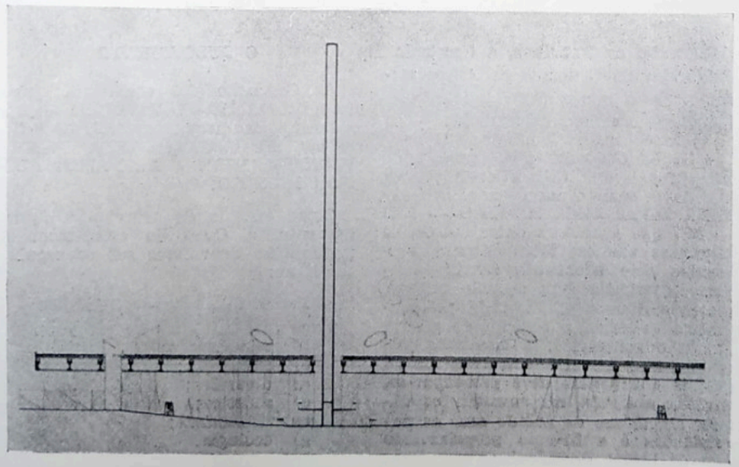
2 — Estética — (pêso 3):
- a) interna;
- b) externa;
- c) materiais acabamento.

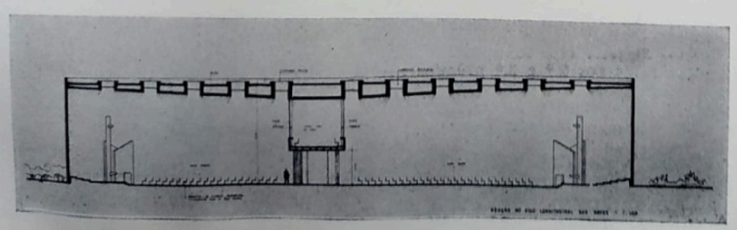
3 — Economia — (pêso 2):
- a) aproveitamento das áreas;
- b) cobertura;
- c) materiais;

4 — Apresentação — (pêso 1):
- a) clareza dos desenhos;
- b) boa distribuição das pranchas;
- c) aspecto geral.

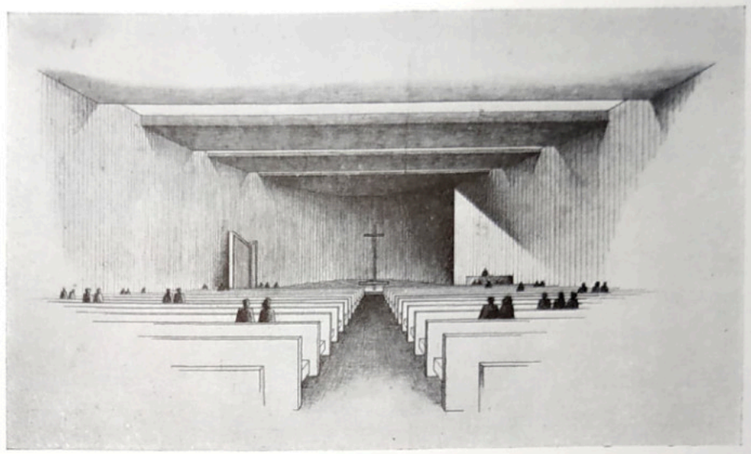


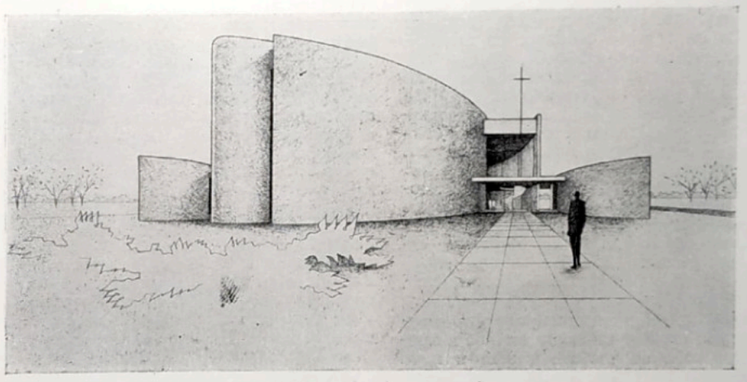


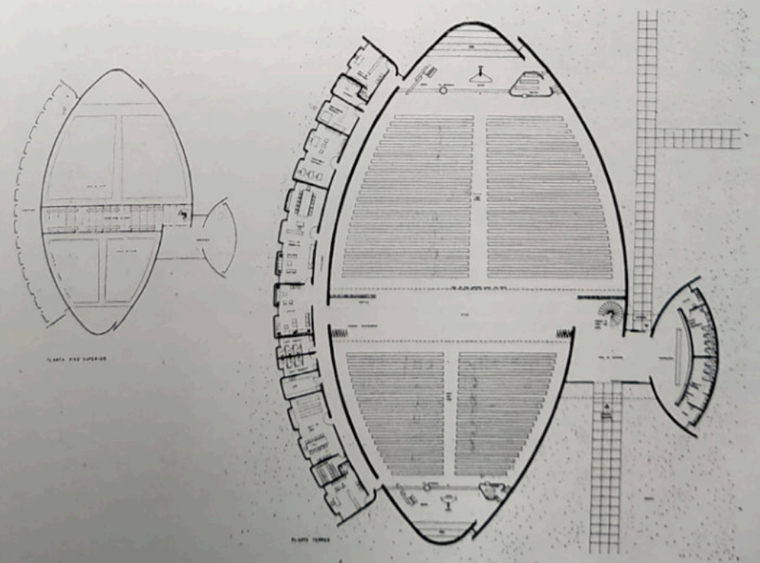




1.º prêmio: Ubirajara Mota Ribeiro — IAB - SP







Menções Honrosas: Arq. Adolfo Rúbio Morales, Marcos Konder Neto e Hircio Fermo de Miranda.

Aspectos do VII Congresso da U.I.A.

Arq. Alfredo L. Britto — IAB

Reunida em Lisboa, em setembro de 1959, afim de cumprir sua VI Assembléia Ordinária, a Comissão Executiva da União Internacional de Arquitetos discutindo itens relativos ao VII Congresso Internacional, a realizar-se em 1963, indicou Havana para sua sede. Pela primeira vez, uma capital americana era lembrada como local do mais importante encontro de arquitetos. Dois anos mais tarde, em Londres, cêrca de 2.000 arquitetos persentes ao VI Congresso Internacional ratificaram, por unanimidade, a indicação anterior e escolheram o tema a ser debatido — **Arquitetura nos países em vias de desenvolvimento**. Titulo simpático e esperançoso à situação real da maioria dos países de todo o mundo. Neste mesmo ano, 1961, a radical transformação sócio-econômica ocorrida em Cnba, passou a atrair a atenção mundial para o futuro local do Congresso.

A UIA, sempre preocupada em manter seu caráter de órgão técnico e apolítico, não se perturbou com a nova situação de Cuba: Garantiu seu compromisso.

Por seu lado, o Govêrno de Cuba colocou à disposição do **Colégio de Arquitetos** todos os recursos necessários a uma perfeita organização.

Os resultados superaram a expectativa dos mais otimistas. Todos os presentes fizeram questão de acentuar como aspecto altamente positivo, a organização do Congresso.

Um fato constatado inclusive em conservas cotidianas e de rua, a implantação de uma Reforma Urbana em têrmos radicais, tornou tôda a população cubana ciente dos **problemas de planejamento urbano**. Durante seu desenrolar a **R.U.** feriu interêsses (favoráveis e contrários, de tôda comunidade, impedindo-a de ficar alheia ou indiferente, e forçando-a a discutir coisas de planejamento, arquitetura, construção, arquitetura de interior (no sentido do funcionamento e distribuição de espaço interno) e do trabalho, participação e posição do arquiteto. A Lei de Reforma Urbana é de outubro de 1960. Em três anos, a vivência intensa do fato, trouxe a qualquer um, seu conhecimento profundo. E, nisto residiu uma das razões de mais um aspecto marcante do VII Congresso da UIA — a intensa e eufórica participação popular. Pierre Vago, secretário-geral da UIA, referindo-se ao acontecimento, disse ao encerrar-se o Congresso: **Este VII Congresso não é, e creio que pela primeira vez, um congresso hermético, um congresso limitado a arquitetos que discutem problemas próprios. Amigos cubanos, vocês deram a êste Congresso, um caráter mais amplo, um caráter mais popular que nos comoveu profundamente. Tivemos a oportunidade de ver a arquitetura abandonar o campo fechado da teoria e da técnica; vocês conseguiram que seus hóspedes chegados de todos os países, estabelecessem um emocionante contato com o povo — êste povo que nos brindou com uma magnifica recepção. Na noite de inauguração, o encontro entre o Congresso que descia "La Rampa", e o povo que subia por ela ao ritmo de sua música e debaixo de fogos de artifícios, foi uma verdadeira expressão de alegria, de um contato que desejamos e queremos ver repetir-se em nossos próximos congressos.**

"La Rampa" é a avenida que desce do Hotel Habana Libre (ex-Habana Hilton) ao encontro do mar, e onde se localizaram as principais exposições relativas ao congresso: Unidades de Vizinhança (U.I.A.), Escolas de Arquitetura (U.I.A.), Pavilhão de Cuba, Planejamentos Territoriais cubanos, Fotografias de Paolo Gasparini sôbre Havana Colonial, Pintura e Escultura Cubanas, e Mármores Cubanos.

No noite de inauguração de Congresso, ao romper-se a faixa da Zona das Exposições, o povo irrompeu numa festa tipicamente carioca, bamboleando **cha-cha-chas, danzons, sones montunos, guarachas, rumbitas** e outras tantas variedades de uma riquíssima música popular.

Uma inesperada intimidade era oferecida aos congressistas, colocando-os num à-vontade, que selou de início o caráter informal do Congresso.

As sessões de trabalho se iniciaram sob intensa comunicação entre os participantes. O clima reinante favorecia extremamente declarações objetivas e francas:

Considero que meu país (Argentina), longe de estar em vias de desenvolvimento, se encontra em vias de retrocesso. O relativo desenvolvimento industrial, particularmente do chamado Grande Buenos Aires, produziu uma migração em massa para esta capital, fazendo com que surgissem e se desenvolvessem "villas de miseria", hoje com cêrca de 300.000 habitantes. (Arquiteto **Pedro Fontana** — Argentina — Grupo B — 2.ª sessão).

A Nigéria teve um grande aumento de população urbana devido ao crescimento natural e à migração para a capital que só em 1963, aumentou sua população em 50.000 habitantes. O Govêrno criou um escritório de contrôle do aumento da população, e para o planejamento urbano da cidade de Lagos. Alguns dos problemas desta cidade são seu espaço limitado e sua zona central, declarada como de más condições de salubridade. (Arquiteto **Alex Ekwueme** — Nigéria — Grupo B — 1.ª sessão).

As condições de subdesenvolvimento são conseqüências da dependência econômica, e esta situação é agravada pelos constantes incrementos demográficos. Estes problemas não podem ser solucionados por urbanistas e arquitetos. Os que esperam uma evolução espontânea estão condenados ao fracasso, já que são as estruturas sociais caducas que impedem o desenvolvimento normal dos povos. (Arquiteto **Lorenzo Carrasco** — México — Grupo A — 2.ª sessão).

Neste Congresso participam delegados de dois tipos de países. Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos. A denominação de "países em vias de desenvolvimento" é uma denominação gentil.

O correto é falarmos da arquitetura em países explorados. (Arquiteto **Nelson Bayardo** — Uruguai — Grupo A — 1.ª sessão).

Vim ao Congresso em busca de ensinamentos que pudesse aproveitar em meu trabalho na Bélgica, mas até o momento, apesar de sua qualidade me sinto decepcionado pela orientação demasiada econômica, dos informes apresentados. Sugiro, que cada país ilustre suas intervenções com a exibição de plantas de apartamentos tipos, que, junto aos dados comparativos antes mencionados, permitam aos arquitetos aqui presentes tirarem maior proveito dêste Congresso. (Prof. **Victor Martiny** — Bélgica — Grupo B — 2.ª sessão).



Delegados Senegaleses: Eng. Sitor Ondour e Abduley Diouf.



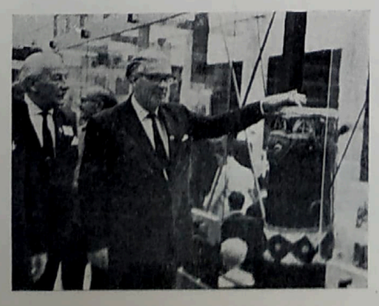
Arquitetos brasileiros: Angel Crespo, Vilanova Artigas, Icaro Castro Melo, Flávio da Silveira e Reinaldo Estevez, de Cuba.



O Jornalista norte americano Wess J. Perrey Jr. (à esquerda) da revista "Architetural Record", palestra com o arq. Raul Macias, de Cuba.



Arquitetos numa das reuniões do congresso.



O presidente da UIA, percorrendo os interiores do Pavilhão de Cuba.

Na América Latina, como conseqüência de um processo secular de colonização, os países foram reduzidos a exportadores de matérias primas, a países agrícolas e atrasados. No Brasil, as estruturas de produção não se desenvolveram suficientemente, e o baixo nível de vida verificado corresponde ao grau de desenvolvimento econômico e cultural. **A arquitetura tem cooperado em nosso desenvolvimento com exemplos isolados, mas a serviço de uma minoria, fora do alcance das grandes massas que reclamam os bens mais elementares. Não é razoável supor que essas necessidades possam ser satisfeitas com subvenções de caráter assistencial, provenientes de países mais ricos, que na realidade o fazem para sua própria conveniência. A participação efetiva de todo o povo na renda nacional, é que fará surgir a necessidade de um planejamento territorial e habitacional postos a serviço de massas populares.** (No final de sua intervenção o arquiteto transmitiu ao Congresso as conclusões do Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado pelo IAB e IPASE). (Arquiteto **Jorge Wilheim** — Brasil — Grupo A — 3.ª sessão).

A maioria maciça das intervenções foi composta de relatos verdadeiramente confessionais sôbre as diversas situações nacionais. Em um bloco quase homogêneo e coincidentes, os representantes dos países subdesenvolvidos, mais diretamente interessados no tema, rejeitavam as discussões teóricas em tôrno de princípios e exemplos ideais de planejamento que, até hoje, resultaram inúteis para seus países.

Demonstram que, o cáos existente em suas nações, não era resultado da aplicação inconveniente de uma ou outra teoria de planejamento mas sim espêlho das velhas estruturas dominantes nas instituições dêstes países. Sòmente transformação total destas estruturas é que permitirá a implantação correta de planejamento regio**cits** habitacionais, introdução de novas nais, planos para superação dos **defi**técnicas e a industrialização de novos elementos construtivos.

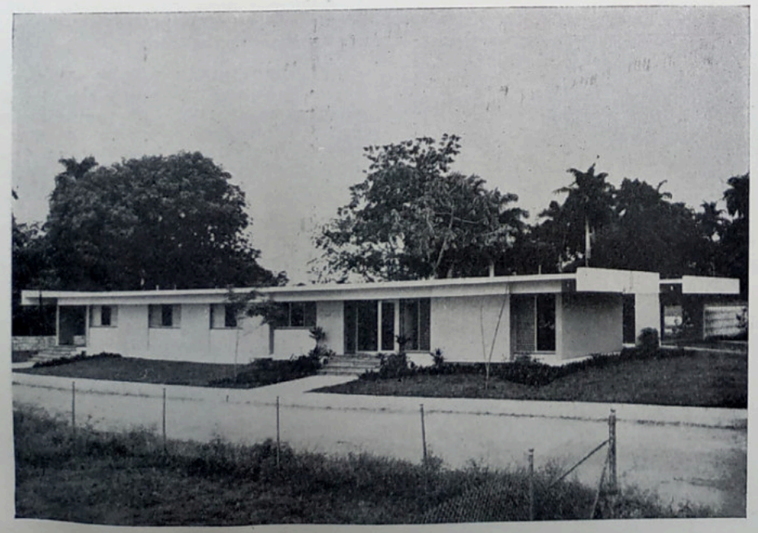
AS CONCLUSÕES FINAIS do Congresso espelham fielmente esta linha de pensamento. Elas são um resumo das conclusões de cada um dos Grupos de Trabalho, submetidos ao Comitê de Resoluções para sua elaboração.

Eram quatro os Grupos de Trabalho: Grupo A — Planificação Regional; Grupo B — Habitação; Grupo C — Técnica Construtiva; Grupo D — Unidade de Vizinhança.

Constituiu o Comitê de Resoluções: Arq. **OSMARY CIENFUEGOS** (Cuba — pres. do Congresso); Arq. **FERNANDO SALINAS** (Cuba — Relator-geral); Arq. **YANG TING PAO** (China — Vice-presidente da UIA), Arq. **CARLOS RAMOS** (Portugal) e Arq. J. B. **VAN DEN BROECK** (Holanda — Presidentes de Congressos anteriores); Arq. **NICOLAI BARANOV** (URSS) e Arq. J. M. **RICHARDS** (Inglaterra), relatores-gerais de Congressos anteriores; Arq. **JEAN-PIER-**



Prédio da parte este de Havana.



Unidade Sanitária Januco (Havana).

RE VOUGA (Suissa) relator parcial para América Latina; e Arq. MICHAEL WEIL e Arq. J. M. AUSTIN (Inglaterra) relatores parciais.

"CONSIDERAÇÕES GERAIS:

1 — O bem-estar da população não se alcança pela simples construção de moradias e organização de seus serviços, se não existir uma adequada coordenação com os planos de desenvolvimento industrial, agropecuário, educacional, etc.

2 — Muitos são os problemas decorrentes do desenvolvimento caótico de cidades e países, e muitas as teorias para resolvê-los; porem, só mediante o conhecimento e compreensão dos processos históricos, mediante a análise das causas objetivas, e dos problemas econômicos e sociais que os determinaram e mediante a aplicação de suas técnicas é que os arquitetos poderão participar eficazmente da solução dêsses problemas.

3 — Considera-se de grande importância que cada país prepare seus quadros de arquitetos, que dotados de profundo conhecimento de sua realidade nacional, possam atuar com tôda a eficiência, elaborando seus próprios planos, sem ter que importá-los.

Esta tarefa pode ser conseguida através estreita cooperação com países desenvolvidos, oferecendo sua ajuda técnica, um intercâmbio de estudantes, professôres e arquitetos, e com participação ativa da UIA e outros organismos internacionais.

4 — Em relação à assistência aos países em vias de desenvolvimento declara-se:

a — Que êstes países devem ter o direito de determinar o tipo de assistência que necessitam e controlar a totalidade de sua aplicação nos planos econômicos e físicos para a utilização dessa ajuda;

b — Que tôda a ajuda deve ser dirigida no sentido de fortalecer as bases industriais dêstes países e a completar o processo de transformação que suas matérias primas e recursos naturais, afim de atender à eliminação da monoprodução.

5 — E' desejável que a U.I.A. estabeleça relações mais estreitas com vistas à realização eficaz das tarefas que lhes incumbe em comum.

PLANIFICAÇÃO REGIONAL:

1 — O VII Congresso da U.I.A. considera fundamental tomar posição contra a situação de cáos em que se encontra a quase totalidade dos países desenvolvidos no que se refere à distribuição de população, das atividades produtivas e das aglomerações urbanas e rurais, situação que torna mais grave os desequilíbrios existentes e, entre outras causas, determina características de vida desumanas.

2 — Não é possível resolver êste problema fora do âmbito de planificação territorial (nacional, municipal e regional). Esta planificação deve ser uma atividade sistemática, entrosada com o planejamento econômico nacional e baseado em uma análise completa das condições naturais, demográficas, culturais, econômicas e técnicas de seu território; a planificação deve formar um conjunto orgânico de modo a assegurar o desenvolvimento equilibrado de tôda região, em benefício de todos seus habitantes, satisfazendo, portanto, suas necessidades no que se refere ao trabalho, à habitação, à cultura e à recreação.

3 — A planificação nacional assim definida não cumprirá seu objetivo fundamental que é o desenvolvimento, sem superar, através de profundas mudanças da estrutura econômica e social, as causas do subdesenvolvimento — que são, principalmente, a estrutura agrária semifeudal e tôda a forma de dependência .

4 — A experiência obtida pelos países altamente desenvolvidos deve por-se à disposição dos países subdesenvolvidos, proporcionando ajuda econômica, e tecnica direta, e contribuindo à formação de quadros técnicos nacionais para resolver os problemas do País, de modo a desenvolver os recursos naturais e a base industrial nacional, de acôrdo com as condições de cada País, assegurando também que a propriedade e os benefícios derivados dessa ajuda permançeam no país em processo de desenvolvimento, preservando sua independência econômica.

5 — Os planos de desenvolvimento devem contar com a participação consciente e ativa de tôda a população nas tarefas de preparação e aplicação dos Planos em todos os níveis.

6 — Nos países subdesenvolvidos se constata ausência ou falta de coordenação dos dados e antecedentes necessários à planificação. E' recomendável por isso a criação de organismos destinados à obtenção e elaboração dêstes antecedentes, procurando a avaliação mais exata possível dos seus recursos econômicos e humanos, assim como a determinação dos déficits mais agudos e problemas mais urgentes derivados do subdesenvolvimento .

7 — A participação do Arquiteto no planejamento regional se baseia no fato de que sua responsabilidade é fundamentalmente técnina e social. Porisso deve preparar-se cuidadosamente para enfrentar as tarefas que, como arquiteto lhe cabem nas equipes de planejamento. Seu dever ante a sociedade é conhecer as realidades nacionais, lutar ativamente para eliminar as causas que impedem a satisfação das necessidades da maioria da população e, em geral, as causas que se opõem ao desenvolvimento das nações.

HABITAÇAO

1 — A habitação constitui um problema que afeta a maioria da população mundial e, devido ao rápido processo de concentração urbana, se faz cada dia mais agudo exigindo soluções planejadas e organizadas em grande escala.

2 — A solução básica do problema da habitação para as grandes maiorias de população, sòmente podem resolver-se mediante uma mudança fundamental das condições econômicas e sociais que atualmente prevalecem na maioria, nos países subdesenvolvidos.

3 — A eliminação da especulação da terra mediante a propriedade pública da mesma e a existência do desenvolvimento de planos urbanos, facilitará a criação de comunidades urbanas e rurais eficientemente organizadas e arquitetônicamente bem planejadas. Desta maneira, os êrros cometidos nas grandes conturbarções industriais dos países altamente desenvolvidos poderão ser evitados nos países ainda em vias de desenvolvimento.

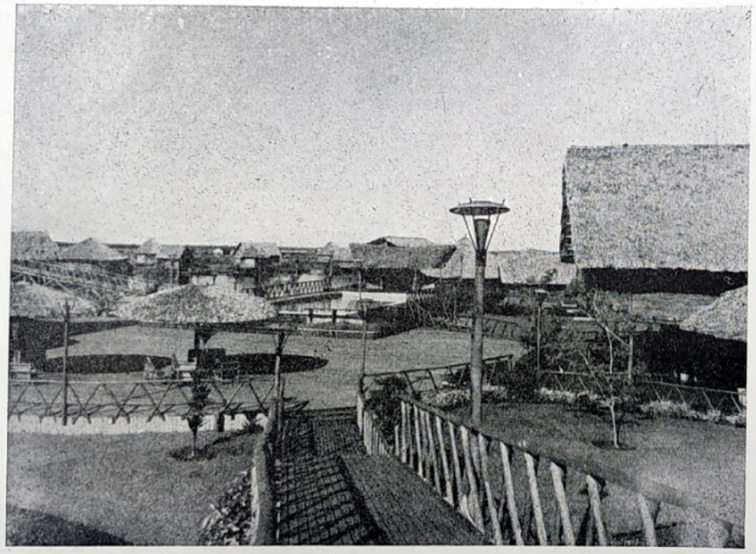
4 — A habitação é parte orgânica do planejamento urbano, porisso os projetos de moradias devem estar integrados arquitetônicamente aos edifícios públicos, educacionais e outros serviços, assim como à cidade em seu conjunto, para satisfazer às necessidades sociais e culturais da população.

5 — Para levar à prática os vastos programas de construção nos países em vias de desenvolvimento são necessários quadros altamente qualificados de técnicos, engenheiros e arquitetos.

6 — A solução do problema de habitação exige a participação ativa dos arquitetos e a criação de um ambiente adequado ao desenvolvimento da arquitetura e do planejamento físico em tôda a sociedade. Hoje em dia a construção de moradias se verifica em muitos casos como um processo repetido de construção no que concerne ao planejamento, desenho e técnica construtiva. Em muitos países a construção de habitações se realiza sem a participação ativa do arquiteto — conduzindo à monotonia, uniformidade e falta de caráter humano e social em grande parte dos núcleos residenciais construídos.

Para evitar êste perigo é necessário o mais cuidadoso projeto técnico e econômico executado por equipe de arquitetos, engenheiros e planificadores capacitados para assim criar comunidades funcionais e bem planejadas





Conjunto turístico próximo de Havana.

do ponto de vista arquitetônico e humano, logrando assim satisfazer às necessidades e desenvolver o nível social e cultural do povo.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

1 — Devido aos enormes "déficits" de construções que se acumulam incessantemente na maioria das nações e em especial nos países subdesenvolvidos, a habitação em particular e a maioria dos demais tipos de edificação — podem e devem ser tratadas como um produto industrializável. Porque é mediante à produção em massa e não por processos tradicionais e primitivos que se podem alcançar as enormes produções necessárias para suprir as necessidades das grandes camadas da população. A industrialização da construção permite alcançar um incremento constante de produtividade do trabalho, cujo limite é impossível vislumbrar, pois será sempre possível realizar transformações tecnológicas visando maior produtividade.

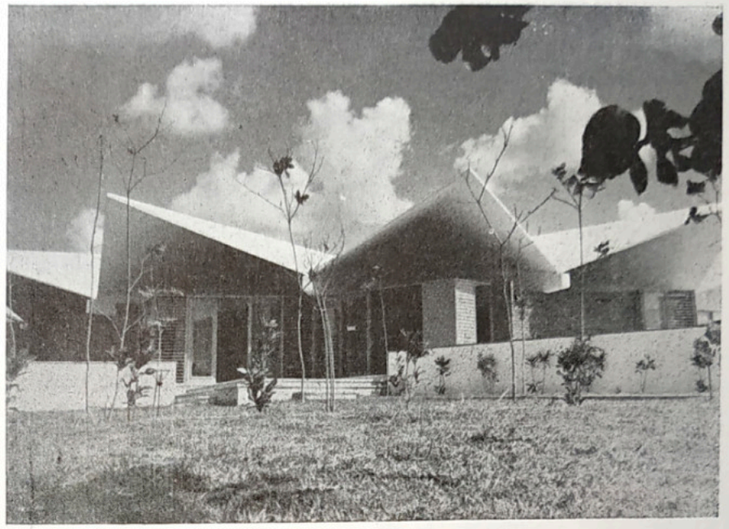
2 — Essas novas técnicas e métodos vão da tipificação de elementos e pré-fabricação parcial até à industrialização, e devem desenvolver-se de acôrdo com o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial dos países em questão.

3 — As condições físicas e climáticas, o uso dos materiais locais disponíveis, a consideração dos hábitos da população e as necessidades sociais podem criar uma base sólida para o projeto arquitetônico específico das novas comunidades.

4 — Devido ao elevado montante de investimentos necessários à industrialização total das construções e ao longo prazo de amortização do capital investido, devido às contradições do mercado, existentes no regime econômico da livre emprêsa; devido ao fato do desenvolvimento de qualquer ramo industrial neste sistema estar principalmente em função dos lucros que podem auferir as emprêsas; considerando que a industrialização total da construção exige que o seu aparelho diretor possa coordenar todos os esforços e meios em escala nacional, pelo que é necessário controlar todos os fatôres que intervêm, na planificação territorial, para possibilitar o planejamento de núcleos urbanos e industriais, nos quais resulta econômicamente conveniente o uso da construção por meios industriais; considerando que o financiamento das construções pelo capital privado incontrolado, situa as obras de maneira dispersa tanto no espaço como no tempo; considerando que um sistema de pré-fabricação em massa exige a total unificação e tipificação de todos os elementos construtivos; considerando que a industrialização total da construção necessita, para ser possível, de planos econômicos, harmônicos e coordenados e que a experiência nos ensina que a incontrolada emprêsa privada é incapaz de realizá-los. Nós, arquitetos, de tôdas as partes do mundo aqui reunidos, cremos que o caminho mais adequado para empreender a industrialização da construção, para se obter planos econômicos harmônicos e coordenados, é necessário que a sociedade possua o contrôle de todos os meios fundamentais de produção.

UNIDADE DE VIZINHANÇA

1 — A Unidade de Vizinhança é um elemento constitutivo de um conjunto integrado em níveis urbanos, regionais e nacionais.



2 — A Unidade de Vizinhança não é apenas uma conjunto de edifícios, instalações ou serviços. Deve ser considerada como um espaço social integrado. Êste princípio acarreta a fusão das tarefas do Arquiteto e do Urbanista originando novas técnicas e novas concepções estéticas de planejamento urbano.

3 — Deve incrementar-se a investigação dêste conceito arquitetônico em cada país de acôrdo com os seguintes aspectos:

a — Complexidade crescente dos serviços sociais em função do número de habitantes.

b — Densidade considerada não apenas em função da superfície do solo mas também da superfície edificada.

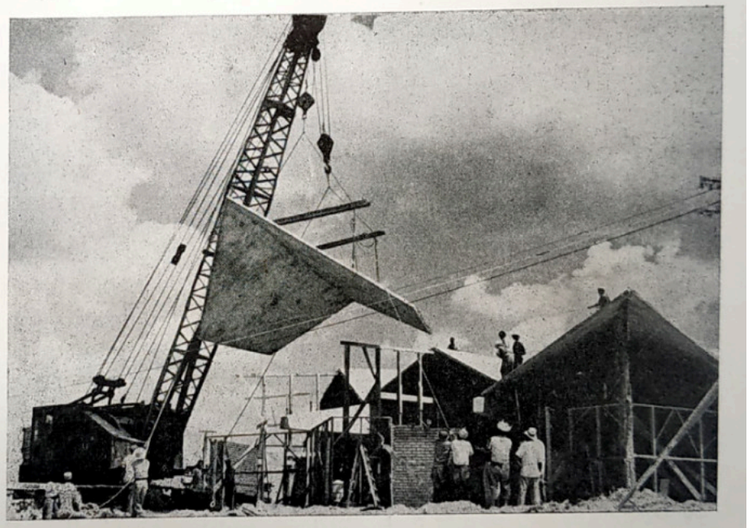
c — Porcentagem de superfície destinada às vias de circulação, áreas verdes, equipamento para as diferentes remento coletivo e estacionagiões geográficas.

4 — Enquanto a construção de moradias e seus serviços estiver sujeita a condições mercantilistas, manter-se-ão dentro das cidades, condições de segregação e a estratificação nas classes sociais e a Unidade de Vizinhança resultará inevitàvelmente como expressão dessa segregação.

5 — A solução dos problemas de integração social não depende apenas do projeto arquitetônico da unidade de vizinhança. Ela dependerá fundamentalmente das realizações econômicas, políticas e sociais.

6 — Em todo o caso as inversões dedicadas à habitação e seus serviços devem ser adequados às necessidades e transformações, sujeitas aos planos de desenvolvimento e deverão ser calculadas em justo equilíbrio com relações às inversões totais".

Congresso encerrado, percorri alguns pontos da ilha a fim de conhecer a atual arquitetura cubana. E' surpreendente o nível e a quantidade de obras realizadas em todo país. Conjuntos residenciais (blocos verticais); **pueblos** (conjuntos horizontas); escolas, indústrias, hospitais e ambulatórios, e diversos outros programas es-



Prédios pré-fabricados na praia de "El Salado".

palhados pelas cinco províncias, bem integrados aos materiais e técnicas construtivas locais. Magníficos exemplos desta integração são o conjunto de 4.000 apartamentos denominado **Habana del Este** e o conjunto turístico na **Cienaga de Zapata**. A técnica de pré-moldados está em estágio bastante adiantado, e os arquitetos cubanos a utilizam com resultados plásticos e ambientais muitos satisfatórios. Em outra oportunidade procurarei analisar a atual tendência desta arquitetura.

Antes, durante e depois do Congresso a atividade cultural foi intensa. Além dos programas especiais comemorativos ao encontro, havia sempre dois, três bons programas a assistir. Filmes de Buñel, Fellini, Wadja, Orson Welles (retrospectiva), Histchcock (boa fase), filmes soviéticos tchecos e chineses para mim inteiramente desconhecidos, compunham os programas diários dos diversos cinemas. Alonso; Ballet **Svechenko** da Ucrânia; e o Ballet Folclórico Nacional. Teatro de marionetes, Teatro mesmo com Ballet Nacional Cubano, com Alicia peças de Lorca, Arthur Miller, Brecht e autores cubanos. Orquestra Sinfônica Nacional; o pianista e cantor de música popular **Bola de Nieve** e o **Free American Jazz Quartet** composto de excelentes músicos imigrados do sul dos EE.UU.

Enfim, a alegria geral contagiante, a convivência intensa e livre, a preocupação crítica e a franqueza dominante nos cubanos, fizeram do VII Congresso da UIA um encontro amistoso e objetivo, dando a todos os visitantes, a oportunidade inédita de recolher de uma reunião exclusivamente técnica, uma vivência humana excepcionalmente positiva.

Prêmio Playa Giron

Aproveitando a realização do VII Congresso Internacional da UIA, e a permanência em Havana de mais de 2.000 arquitetos estrangeiros, foram realizados na primeira quinzena de outubro de 1963, o julgamento e a exposição dos anteprojetos participantes do Concurso Internacional para o Monumento a "Playa Giron".

A participação brasileira foi bem destacada, com um segundo prêmio para o anteprojeto dos arquitetos UBIRAJARA GILIOLI — IAB-SP e FABIO PENTEADO — IAB-SP e duas Menções Honrosas para os trabalhos de GILBERTO KOBLER CORREA — IAB-GB e PAULO BARBOSA DE MAGALHAES — IAB-SP.

Dos 276 trabalhos apresentados, o Júri distinguiu os seguintes:

1.º Prêmio — (US$ 150.000) — Anteprojeto 236 — (Polonia) — Arqts. GRAZYNA BOCWSKA, MARCK BUDZYNSKI, ANDRZES DOMANSKI, ANDRZES MROWIEC e Eng. WIESLAW SZYMONSKY.

2.º Prêmio — (US$ 3.000) — Anteprojeto 118 — (Brasil) — Arq. UBIRAJARA GILIOLI e FABIO PENTEADO.

2.º Prêmio — (US$ 3.000) — Anteprojeto 195 — (Bulgária) — Arq. IVAN SUETIN e ANGELA DANODJIEVA.

3.º Prêmio — (US$ 1.000) — Anteprojeto 266 — (URSS) — Arq. ALYMOV ALEXSANDR IVANOVICH.

Menções Honrosas — Anteprojeto n.º 4 — GILBERTO KOBLER CORREA — Brasil — Anteprojeto n.º 10 — JAVIER GUTIERRE E BETTY FISCHMAN — (Chile) (residentes em Cuba).

Anteprojeto n.º 17 — VICTORIO GARATTI e SERGIO BARONI — Chile (residentes em Cuba).

Anteprojeto n.º 32 — PETER SCHUBRING — (Alemanha).

Anteprojeto n.º 89 — PAULO BARBOSA DE MAGALHAES — (Brasil.

Anteprojeto n.º 174 — MUNG TE SUM, LEE CHUNG HO e CHEN CHIE HVIE — (China).

Anteprojeto n,º 207 — CARLOS ALBRECHT VIVEROS — (Chile).

Anteprojeto n.º 231 — SZULO JERZY — (Polônia).

Anteprojeto n.º 242 — VILENSKY BORIS SOLOMONOVICH — (URSS).

Anteprojeto n.º 256 — CVOZDEV ROSTISLAV NICOLSEVICH — (URSS).

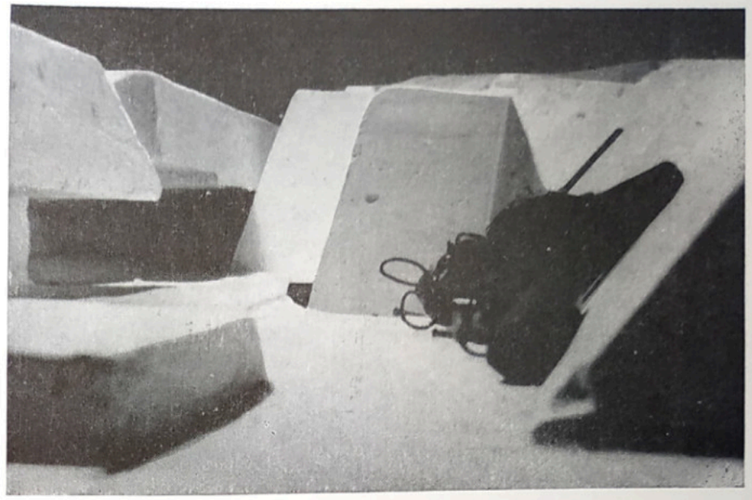
A Comissão Julgadora foi presidida pelo arquiteto ICARO DE CASTRO MELLO, presidente do Conselho Superior do IAB, e dela tomavam parte: Arq. G. JONES ODRIOZOLA (Uruguai) — (Relator); Arq. ANTONIO QUINTANA, (Cuba); Arq. JAN ZACHWATOWICZ, (Polônia); Arq. PIERRE VAGO, (França); Arq. SIR ROBERT MATTHEW, (Inglaterra); Arq. VITTORIANO VIGANO, (Itália); Arq. YAN TING PAO, (China).

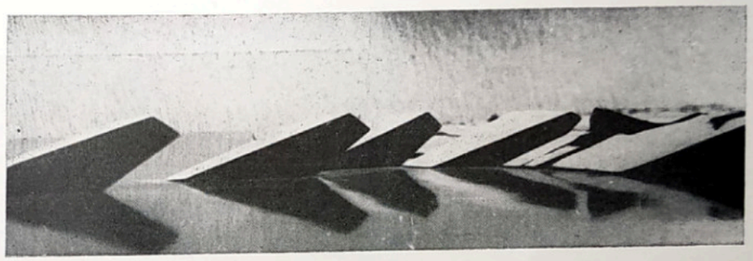
PARECERES DO JÚRI

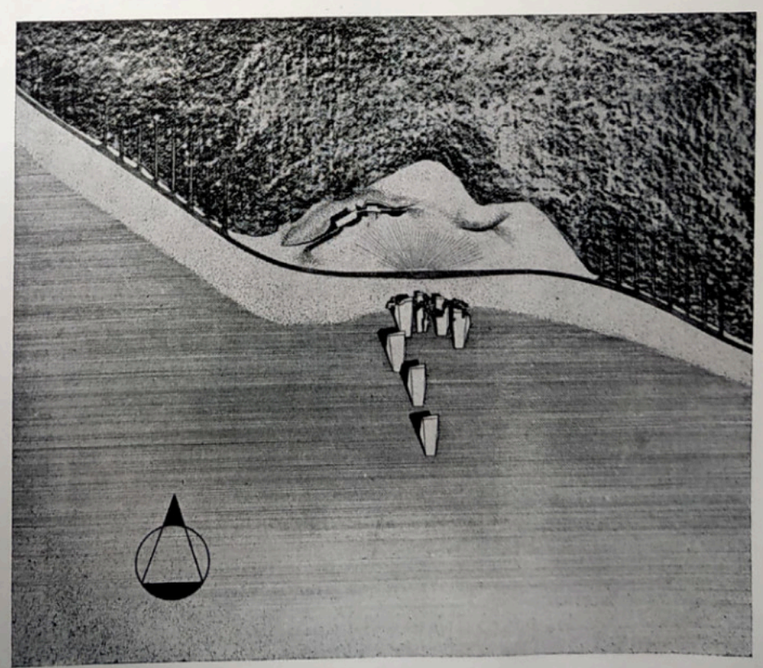
1.º Prêmio — Polônia

"A concepção geral expressa claramente a dupla função do Concurso:

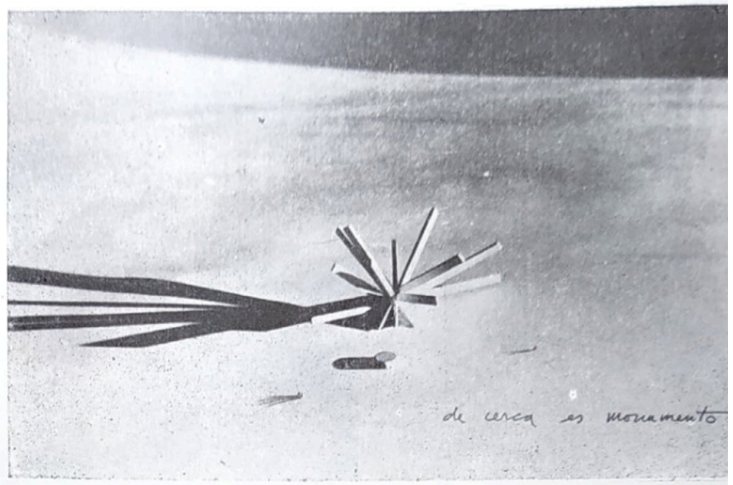
Um Monumento — 2. Uma expressão Nacional da vitória sôbre uma agressão. O projeto expressa claramente a natureza da batalha, o ataque frustado e a defesa sólida.



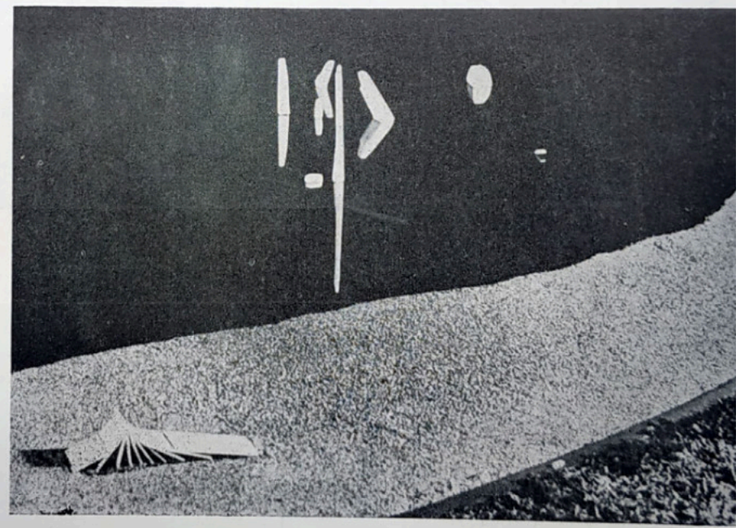




Primeiro Prêmio Polonia, Arquitetos: Grazyna Boczweka, Marek Budzynski, Andrzej Domanski, Andrzej Mrowiec, engenheiro: Wieslau Szymansky



Segundo Prêmio. Brasil, arquiteto Ubirajara Gilioli



Segundo Prêmio. Bulgaria, arquiteto: Ivan Svetin e Angela Danodjieva

As condições gerais estabelecidas no programa foram bem observadas. Os três elementos solicitados, foram previstos de maneira unificada, perfeitamente compreensiveis, sem mudanças no caráter do terreno. O projeto está dentro do custo previsto e não apresenta dificuldades construtivas.

2.º Prêmio — Brasil

"Simplicidade de todo o conjunto perfeitamente dentro das condições do concurso e do critério geral do júri.

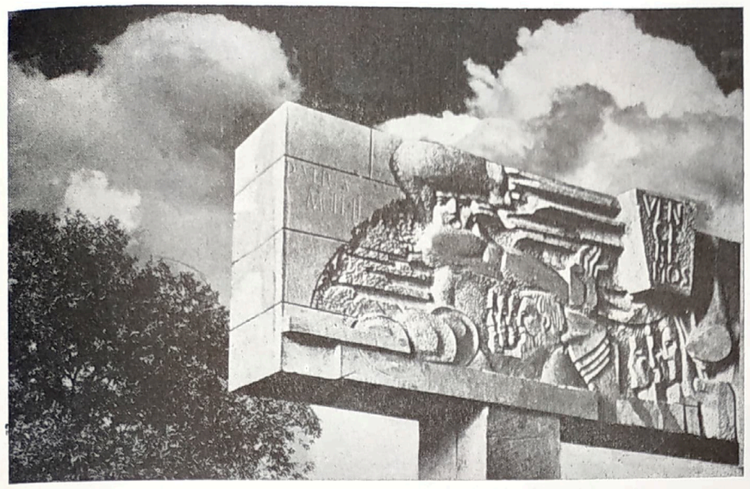
O projeto se integra à paisagem existente, sem modificá-la.

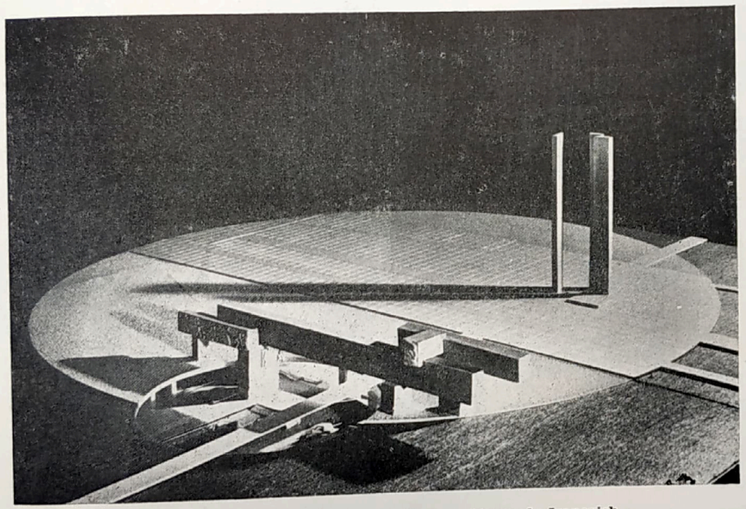
A praça é o povo no terreno. O M seu abaixo do monumento está b situado e preenche tôdas as forma dades, apesar de sua planta um po co complicada.

O custo estimativo das obras é r zoável e a solução construtiva n apresenta problemas.

2.º Prêmio — Bulgária

"A parte principal do monumen está composta por alguns blocos ve ticais colocados no mar, produzind esta composição, uma forte express dramática. O conjunto é vigoroso simples, apesar da forma do Mus





Terceiro Prêmio, URSS, arquiteto Alymov Alexsandr Ivanovich

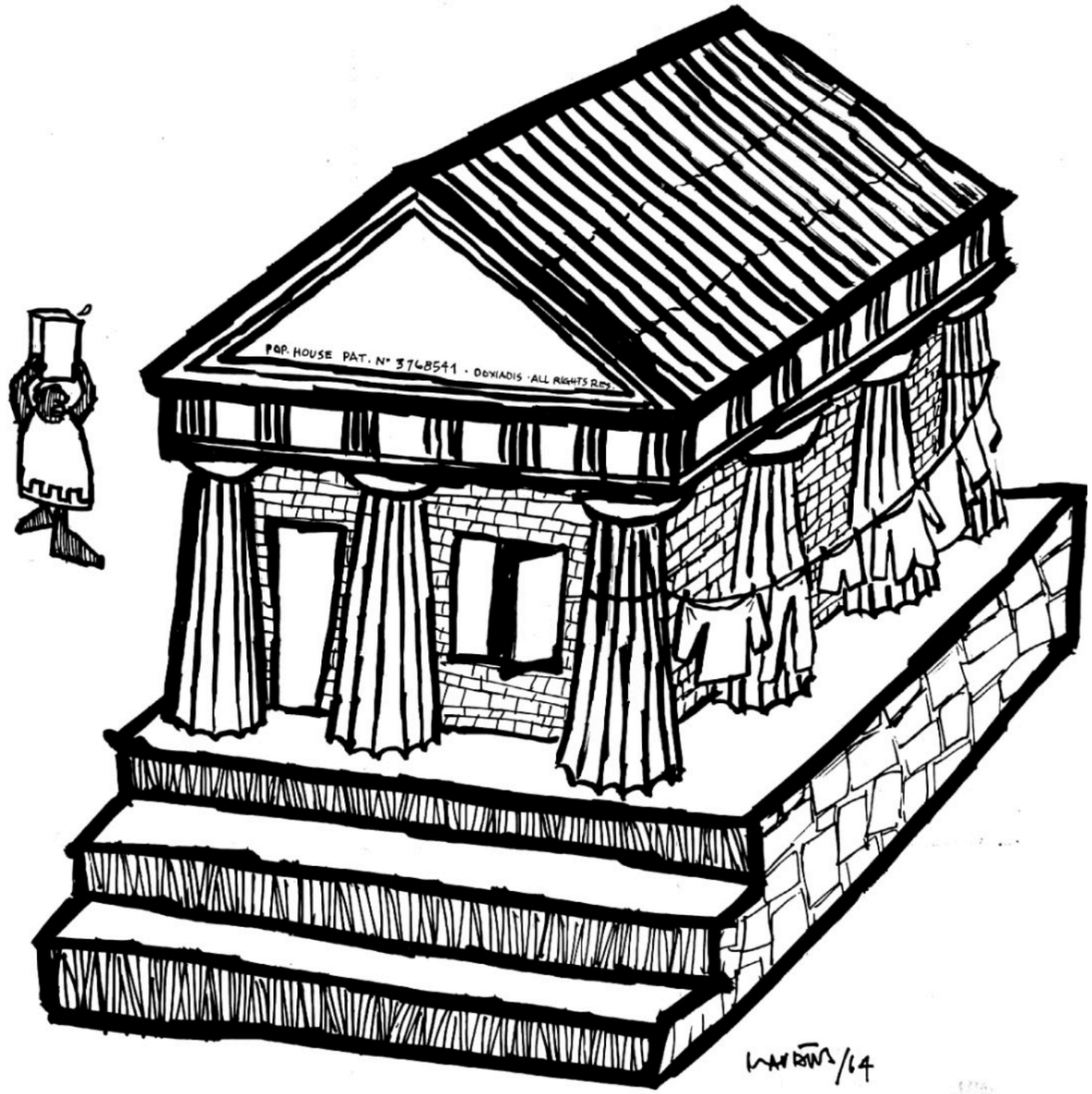
não ser convincente e de haver uma dispersão dos elementos".

3.º Prêmio — URSS

"Resolve com grande equilíbrio e exalta as três funções requeridas no concurso:

O Monumento, a Praça e o Museu.

Expressa-se com uma linguagem arquitetônica precisa de sabor quase clássico que evolui através modernas experiências do plasticismo e da nova figuração.





Eliezer Gomes e Jorge Coutinho, a dupla de "O Assalto do Trem Pagador" de 62, volta a se reunir êste ano em "Ganga Zumba".

cinema

Carlos Diegues

Safra 64

Inicia-se 1964 sob a responsabilidade de ser o ano III do Cinema Nôvo. E' verdade que o **slogan** quase se esgotou, desgastou-se, foi mesmo abandonado e renegado por muitos que o praticaram, mas o fenômeno do nôvo cinema brasileiro continuou vivo e aí está enfrentando e desmentindo qualquer contestação. Cinema Nôvo, ou outro rótulo que preferirem, o fato é que os novos cineastas brasileiros continuam empenhados nesta verdadeira revolução cultural. Os filmes são feitos em número cada vez maior e a qualidade é evidentemente superior de ano a ano, se analisarmos grosseiramente.

O fato é que 62 foi o ano da partida, o ano em que se consagrara a irreverência política e formal de um "Barravento" ou um "Cinco Vêzes Favela", em que se festejava a Palma de Ouro do "Pagador de Promessas", em que se admirara o nível de **mise-en-scène** de um "Os Cafagestes", em que entusiasmaram a simplicidade e a objetividade de um "Assalto ao Trem Pagador". Tudo com a visão condescendente de quem assiste a um esfôrço verdadeiramente extraordinário de um grupo de artistas e intelectuais realmente disposto a uma reformulação cultural. Já 63, como não podia deixar de ser, veio a ser o ano da verificação concreta do fenômeno — seria passageiro, um equívoco? Poder-se-ia citar outros filmes, "Garrincha", "Pôrto das Caixas", "Seara Vermelha", mas basta citar um título — "Vidas Sêcas" — para que se tenha plena certeza da consolidação, como fenômeno objetivo e definitivo, do chamado Cinema Nôvo.

Agora, iniciando um nôvo ano, as questões são diferentes e já se colocam em têrmos muito mais graves. O Cinema Brasileiro existe como entidade, não mais se trata de discutir a sua existência. Trata-se agora de exigir mais — exigir a sua qualificação cultural clara.

Isto quer dizer que 64 será coberto de filmes onde não mais se procurará o mínimo necessário para a consideração de "um filme de qualidade". Agora é preciso mais. E' preciso a definição ideológica, a determinação de sua utilidade cultural. Não importa apenas o filme bem feito, bem fotografado, bem montado. Importa o filme positivo, dizendo as coisas necessárias neste momento. Numa síntese, não interessa mais, para a cultura brasileira, o filme brasileiro e sim o **bom** filme brasileiro.

Seria difícil uma previsão quanto a isso. O fato é que a produção cresceu muito e, em 64, segundo cálculos menos otimistas, seu avanço quantitativo deverá ser de quase 40%, o que é admirável. Dêste crescimento, aliado às soluções de velhos problemas (fiscalização, financiamento, rentabilidade de mercado, ganho do mercado externo, etc.), deverá surgir um início de consolidação industrial que dará a realizadores e produtores, não só uma maior tranquilidade quanto à rentabilidade de seu produto, como também uma maior responsabilidade face ao aumento de custos que será (e já é) conseqüente. Tudo isto, paradoxalmente, influirá para bem e para mal na produção de 64.

Mas os primeiros filmes, aquêles que funcionarão como tropa de choque da nova safra face ao público, ainda são os produzidos no final de 63 — "Deus e Diabo na Terra do Sol", "Ganga Zumba", "Selva Trágica", "Os Fuzis", "Sol Sôbre a Lama", Morte em Três Tempos", etc. Dêles o que se pode esperar é um avanço de ordem qualitativa ao nível (pelo menos) do que já se assistiu em 63. E dêles, em parte, dependerá a posição da crítica, do público e dos investidores em 1964.

INFORMAÇÃO:

- Já começou o movimento entre cineastas e o Itamarati para a seleção dos filmes que representarão o Brasil nos festivais internacionais dêste ano. Ao que tudo indica, "Vidas Sêcas", irá a Cannes, "A Morte em Três Tempos" (ex-"Luba) a Mar del Plata, "Ganga Zumba" a Karlov Vary. Para Veneza deverá haver uma disputa difícil entre "Deus e o Diabo na Terra do Sol" (Glauber Rocha), "Os Fuzis" (Ruy Guerra) e "Selva Trágica" (Roberto Farias).

- Ainda repercutindo os prêmios concedidos pelo Governador Laerda aos cineastas cariocas, interpretando a Lei 73 da Assembléia do Estado. Não vemos razão para tanta celeuma. O Governador não fêz mais que sua obrigação e se o decreto que concedia os prêmios ainda é deficiente, necessitando de acréscimos quanto ao prêmio compulsório sôbre o adicional, é um passo à frente na legislação cinematográfica. Quanto à justiça dos prêmios de qualidade, a não ser em relação ao de "O Rei Pelé", foi da maior exatidão.

- Nelson Pereira dos Santos pretende levar a frente seu velho sonho de filmar a Guerra de Canudos. O projeto é grandioso e extraordinário.

- Paulo Cesar Sarraceni rodará, ainda êste ano, o romance de Lúcio Cardoso "A Crônica da Casa Assassinada".

- Outro romance a ser filmado:

"Cristo de Lama", romance ainda inédito de João Felício dos Santos, sôbre o Aleijadinho. Diretor: Ruy Guerra.

teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

EXEMPLO E ADVERTÊNCIA

A biografia do "Group Theatre", Harold Clurman chamou de "The Fervent Years". A analogia entre as circunstâncias que determinaram a fundação do grupo e as que envolvem o nosso teatro, neste momento igualmente "fervente", impõe a releitura do pequeno volume, editado há quase dez anos. Não importa que hoje conheçamos o destino tomado pelos fundadores e também por outros elementos destacados do grupo, os quais, quase sem excessão, deixaram-se envolver por aquêle mesmo comercialismo contra o qual pretenderam lutar ao fundarem o "Group Theatre". O teatro, mais do que qualquer outra manifestação artística, registra o cotidiano da vida de uma coletividade — o comercialismo do Teatro Americano nada mais é do que um sintoma da mentalidade dominante. A mentalidade do "Group Theatre" está na função cumprida em sua época, atestando a tendência de uma geração infelizmente vencida por imposições sócio-econômicas incontroláveis por suas frágeis individualidades. Nesta hora em que, entre nós, o C.P.C. se prepara, sòzinho, para **reagir**, a experiência do "Group", mais do que um exemplo, assume ares de enfática advertência.

"Os Anos Ferventes" a que se refere Clurman são a década dos trinta. O Teatro Americano, atingido pelas varias crises que sacudiam a nação, clamava por uma reação que lhe conferisse uma identidade própria — apêlo a que o "Group Theatre" se esforçou por atender. Sua primeiras manifestações datam de 1931, seu silencioso desaparecimento de 1941. Para exemplificar a mentalidade dominante nos últimos vinte anos, o autor evoca um "party" no qual pululavam nomes os mais famosos e representativos nos mais variados ramos de atividades intelectual e artística. O esfôrço geral se destinava a conjurar, por uma simples escotomização, a crise que se faria sentir mais agudamente no setor econômico e que já pairava no ar. A negação pura e simples da evidência, entretanto, não satisfazia a todos. Haviam ainda algumas raras pessoas interessadas em enfrentar a realidade que, embora de âmbito nacional, se apresentava a cada uma delas com foros de um dilema pessoal. Esta disposição, aliada à convicção de que se o teatro não era o melhor meio de expressar tais inquietações era o que mais se adaptava às suas capacidades, resultou na fundação do "Group Theatre".

A idéia inicial que levaria à fundação da organização surgiu da síntese dos anseios especificamente literários de Harold Clurman e da sêde de humanização cênica experimentada por Lee Strasberg. Nas palavras do primeiro: — "De minha parte, aprendi a pensar em teatro não simplesmente em termos de uma peça representada, mas de entidades, cada momento contribuindo para um efeito total que não podia ser medido sòmente pelo valor da palavra falada. A postura em cena, as roupas, a aparência do ator, seus silêncios, gestos, ritmo, sua própria "atmosfera" e a interrelação de todos êstes elementos faziam a significação da peça que, no palco, não seria simplesmente o texto escrito, mas a totalidade de todos êstes fenômenos percebidos como um todo. Por sua vez, Strasberg começou a aceitar a validez de minha insistência sôbre o texto, não sòmente como material literário em si, mas sobretudo por sua significação humana... O que fazia uma peça diferente era que ela pretendesse afetar o coração dos homens, transformar suas próprias vidas em questões de aspiração, sentimento, convicção. Eu queria uma produção teatral ou, para ser mais exato, uma peça que **tornasse os homens mais verdadeiramente vivos**". (1)

A primeira tarefa do "Group" foi organizar uma equipe que, atentando para as possibilidades de realização pessoal de cada um de seus elementos, a partir dêste ponto como que saltava sôbre as aspirações individuais para se concentrar na **encenação** dos propósitos de uma geração. Atores experimentados e a enfrentar um nôvo aprendizado, a maneira mais eficiente de expressar êstes mesmos propositos. Apesar das enormes dificuldades financeiras e dos atritos ocorridos durante seus dez anos de vida, os momentos mais significativos do "Group Theatre", que nem sempre coincidiram com seus êxitos publicos mais retumbantes, foram aquêles que mais se aproximaram desta primeira diretriz. A maioria dos elementos que veio a se desligar do grupo, o fez justamente quando esta correspondência deixou de existir. Por outro lado, o próprio "Group" encerrou definitivamente suas atividades quando, com o advento da Segunda Guerra, perdeu sua razão de ser.

Dois aspectos, entre outros, marcaram initerruptamente tôda a trajetória do "Group Theatre": a procura quase sempre angustiosa de autores cuja produção refletisse os anseios do grupo e, ainda, o equívoco gerado em tôrno da natureza dêstes mesmos anseios, sempre rotulados ideològicamente à sua própria revelia.

Dos autores encenados pelo grupo, destacaram-se pela continuidade de sua produção, Irving Shaw, Maxwell Anderson e William Saroyan. Clifford Odets, entretanto, menos talentoso que alguns de seus colegas, menos pessoal em suas convicções, transformou-se de fato no "autor do Group". Foi com a produção de suas peças, principalmente "Waiting for Lefty" e "Awake and Sings" (2), que intenção e expressão se completaram mais eficazmente. Odets foi, por assim dizer, um produto do próprio "Group", onde começou como ato, tendo colaborado intimamente em vários outros setores da organização. De temperamento instável e inflamado foi-lhe possível, ao contrário de outros, incorporar à sua própria, a convicção generalizada em seu ambiente, naquela época. Suas peças resultaram menos o ponto de vista de **um dramaturgo** do que de **uma coletividade**. Entretanto, quando esta mesma coletividade necessitou de um apoio mais firme, que só poderia partir de uma inequívoca liderança intelectual, Odets partiu para Holiywood, onde o dramaturgo acabou por se diluir. Não importa que Odets assine hoje "scripts" insignificantes para musicais cinematográficos de Elvis Presley. O homem de hoje e aquêle a quem foi possível, desta ou daquela forma, "dramatizar" a plataforma do "Group" são mentalidades inteiramente independentes entre si.

Sôbre o aspecto "ideológico", Clurman não se cansa de insistir sôbre a independência do "Group", apesar da coincidência de tôdas as suas manifestações sempre foi acusada pelos extremos de "servir o outro lado", mas onde estará a verdade? Até que ponto a insistência de Clurman é hoje uma espécie de "mea culpa"? Até onde é apenas coincidência o fato de que as peças de Odets são hoje lembradas quando se trata de cumprir um programa teatral progressista?

Em 1957, ao preparar a segunda edição de "The Fervent Years", escrito em 1943-44, o próprio autor surpreendeu-se com o que já escrevera no prefácio da primeira: — "O "Group Theatre", a meu ver foi um sintoma e uma expressão de um profundo impulso na vida americana, um impulso que certamente não começou com o "Groupe Theatre", nem acabou com êle". A "audaciosa afirmação" de Clurman parece ter-se transformado numa verdade apenas parcial. Que o impulso generoso que caracteriza aquela fase da vida americana não começou com o "Group Theatre", não temos a menor dúvida. Mas se não acabou, pelo menos no que concerne ao Teatro Americano ou, quiçá, ao Teatro Ocidental tal como êle se apresenta hoje em dia nas grandes capitais, está, pelos menos, bastante enfraquecido.

---

(1) O grifo é nosso.

(2) Encenado pelo Teatro Oficina de São Paulo sob o título de "A Vida Impressa em Dólares".

artes visuais

Ferreira Gullar

ARTE INFANTIL, ARTE DE ADULTO

E' uma experiência particular, essa que nos sucitam as exposições de arte infantil. E' em primeiro lugar, uma arte anônima, permitindo um contacto direto com a obra exposta, sem as interferências inevitáveis nas exposições de adultos: ou pesa o prestigio do nome, ou a ausência do prestigio, e tantas outras coisas. Nêsses casos, a visão crítica deve lutar contra essas interferências, consegue ou não vencê-las. Nas exposições infantis o terreno está limpo. Mesmo porque não entramos ali para avaliar obras de arte, mas para nos maravilhar. E aprender.

Não é que as crianças sejam sábias, mas porque, pintando como pintam permitem-nos recolocar problemas que normalmente são postos de lado pelo automatismo da vida artística, pela preguiça de pensar, pela falta de oportunidade, etc. Uma exposição de arte infantil nos mostra, por exemplo, como estruturar o espaço de modo a nos emocionar e fascinar. Podemos considerar êsses trabalhos obras de arte? Não podemos porque seus autores são crianças, não são artistas?

Ora, os críticos mesmo afirmam que não devemos, diante da obra, perguntar pelo autor, mas julgá-la "objetivamente", isto é, como uma realidade completa que se dá a nós nas estritas dimensões da tela. Se assim devem agir os críticos, como negar aos trabalhos infantis qualidade de obra de arte **porque seus autores são crianças?**

E já aí aprendemos alguma coisa. E' que, de fato, a crítica jamais poderá se restringir a êsse tipo de objetividade mutilada. Terá sempre que envolver, em sua apreciação o autor, não louvar ou negar a obra em função dêle, mas para poder situá-la e compreendê-la?

Claro que um trabalho infantil não pode ser colocado no mesmo nível, não direi estético, mas cultural, que o trabalho de um adulto. E isso pela simples razão de que as crianças e adultos habitam dimensões sócio-culturais diferentes. Não é a mesma a relação que mantém com o mundo um adulto e uma criança, razão por que não é também a mesma relação que um e outro estabelecem com a atividade de pintar ou desenhar. Um artista adulto, ao se pôr diante de uma tela em branco, tem presente tôda uma realidade cultural e social, que sempre influirá em seu trabalho, e em função da qual o realiza. Sua expressão, mesmo quando individualista, subjetiva, é um diálogo com o mundo cultural presente, nêle compreendidos todos os fatos e problemas da vida contemporânea, da política à estética, do coletivo ao pessoal. Não se pode dizer a mesma coisa de uma criança que pinta e que, mesmo expressando problemas, são problemas de outro nível, e ela o faz como se brincasse.

Mas há razão para, hoje, discutirmos se a pintura infantil é ou não obra de arte. E essa razão reside no fato mesmo de ter a arte moderna, desligando-se dos princípios acadêmicos, caminhado para a espontaneidade das formas intuitivas. A valorização dos elementos irracionais sôbre os racionais na arte contemporânea conduziu ao abandono da figuração objetiva e a uma arte de expressão e de liberação. Tal caminho conduziu, naturalmente, o artista a voltar-se cada vez mais para dentro de si, buscando um suposto núcleo irredutível da personalidade que não se identifica com a sua personalidade cotidiana, civil e social. Êsse artista deseja exprimir, em sua arte, experiências que idealmente não se ligariam aos dados que o definem socialmente. Eis por que sua expressão se confunde também com a das crianças, que ainda não adquiriram aquêle estado social de que o artista contemporâneo quer se libertar. Mas a diferença permanece: a "ingenuidade" do artista é buscada, como renúncia ao mundo; a da criança é anterior a sua integração na vida social. Esta diferença e insuperável e determina a "má fé" do irracionalismo estético contemporâneo.

Tais considerações põem à mostra a contradição básica dessa arte que pretende confundir iracionalismo com liberdade, que pretende furtar-se à responsabilidade social mas, ao mesmo tempo, valer-se da responsabilidade "dos outros" para reconhecê-la como expressão cultural. Noutras palavras: Dubuffet, que arremeda a expressão infantil, não quer que sua arte seja posta ao nível da arte de criança. Êle pretende que lhe reconheçamos uma "pureza" que só as crianças têm, mas que também atribuamos a essa "pureza" nêle, Dubuffet, uma condição de genialidade...

música

Nelson Lins de Barros

O DOMINIO DA HARMONIA

(Décimo de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história)

Por maior que tenha sido a passagem do barroco ao clássico, o processo de transformação, embora rápido, não constituiu um salto. Foi uma evolução por depuração, onde alguns aspectos do barroco cristalizaram-se e desenvolveram-se, sob condições sociais que lhes eram propícias, enquanto outros aspectos foram abandonados.

Com a concentração de riqueza nas cortes, principalmente onde o absolutismo atingia maior domínio, as artes e a música, em particular, foram incentivadas nos salões aristocráticos dominados pelo refinamento pelo detalhe, pelo minúsculo, pelo elaborado, luxuoso, radiante e frívolo. As grandes formas barrocas, os oratórios, as cantatas, os corais maciços, a austeridade da fé, a complexidade polifônica, e tudo que, ao próprio barroco, já constitui um prolongamento néo-gótico, não cabia naqueles pequenos salões onde o melhor era a elegante delicadeza e o comum, o artificial elaborado e a pompa fôfa.

O que prevaleceu foram as pequenas formas, as formas em câmera, os desenhos melódicos floridos, a harmonia simples e a ópera, que sempre e cada vez mais dominava nas côrtes e nos teatros burgueses.

As duas maiores potências absolutistas da Europa foram cronològicamente a França e a Áustria. Por isso, essa transformação começou em Paris, com o estilo rococó e terminou em Viena, com o estilo clássico.

O rococó, ou estilo galante, surgiu mesmo das características barrocas na França, com Couperin, Lully, Rameau, etc. E atingiu a Alemanha e a Itália ainda no fim do barroco, com Telemann, Mattheson e Domenico Scarlatti.

A passagem do rococó ao clássico deu-se por aprimoramento, por cristalização. O excesso de ornamentação, radiância e frivolidade foi filtrado em sobriedade, colorido e elegância. As formas diminuiram em número e ganharam em estrutura. A orquetração adquiriu forma, unidade e vigor. A harmonia transformou-se na estrutura básica da forma e estrutura da música.

O estilo clássico, delineado pela Escola de Mannheim e por compositores como Guilherme e Felipe Emanuel, filhos de Badi, definiu-se e culminou com Haydn e Mozart.

Sob o ponto de vista da evolução musical, o fato mais importante, na transformação do barroco ao clássico, foi o estabelecimento definitivo do sentido harmônico na extrutura da música.

Assim, encerrava-se com João Sebastião Bach, o domínio da polifonia que durou cêrca de seiscentos e cinquenta anos.

Não quer dizer que a técnica do contraponto tenha desaparecido, mas o sentido de composição horizontal (em que o compositor observa, em primeiro lugar, a reiação de uma linha melódica, ou voz, e a relação vertical entre as vozes simultâneas) deu lugar ao sentido de composição vertical (em que o compositor observa, em primeiro lugar, a relação vertical dos sons simultâneos do acorde e a relação horizontal dos acordes consecutivos). Na concepção horizontal, a estrutura da música parte das relações melódicas entre si, enquanto na concepção vertical, a estrutura se baseia nas relações cordais ou harmoniais.

A harmonia, técnicamente, sempre existiu ao lado do contraponto, mas fo sòmente a partir da revolução monódica que os compositores pensaram em acordes como E foi sòmente, durante o período barroco, com o surgimento da escala bem temperada e o sentido da tonalidade, que os acordes começaram a dominar a estrutura interna da música, condicionando mesmo a melodia e a forma.

Com o período clássico, e a partir daí, a harmonia estabeleceu seu domínio completo sôbre a música.

REQUIEM PARA O CARNAVAL

Já se foi o tempo em que os compositores populares dedicavam-se à música o carnaval. Na realidade o carnaval era o motivo mesmo da produção musical de nossos artistas populares. Depois é que surgiu a música de meio de ano, o samba canção. Mas isso era secundário. Daí o porque da existência dos grandes sambas e marchas do passado. Isso parece saudosíssimo, mas é uma realidade. Hoje em dia raro é o compositor de bom nível que tenha coragem ou condições de fazer sua música concorrer no carnaval. Como todo mundo sabe, a música de carnaval é atualmente uma indústria controlada por uma organização vastíssima e misteriosa, uma máquina de produção em massa, uma máquina de ganhar dinheiro. Essa música invariável, sem gôsto, estereotipada, chata, só serve mesmo para imbecilizar homens e mulheres que se contentam com o falso prazer da histeria coletiva sexo-alcoólica dos bailes (não confundir com a manifestação empática do povo nas batucadas de rua).

A única música autêntica que ainda vive o carnaval é a da Escola de Samba. Mas a Escola de Samba, apesar do seu vigor interno, de sua resistência porque tradicional, dificilmente resistirá à tentativa, cada vez maior, de expropriação oficial.

A Escola de Samba, transformada em espetáculo para turista, tem todos os seus valores de autenticidade.

Depois morrerá, como morreram o samba e a marcha de carnaval. E restará mais um silêncio do povo, em benefício do caça-níqueis do Departamento de Turismo.

ACADEMIA

A antiga Academia de violão ficava na rua 5 de julho. Sob a direção de Carlos Lyra, a Academia reunia ótimos professôres de violão e jovens compositores como Oscar e Ico Castro Neves, Normando, Chico Feitosa e outros. Era lá que fervia a bossa nova pelos idos de 59 e 60. Foi importante.

Agora Carlos Lyra anuncia uma nova academia de violão da qual é o Diretor Artístico, cabendo a Direção Comercial a Otávio Terceiro. A nova academia se propõe a dar cursos de violão moderno popular e clássico, técnica, harmonia e música através do violão, solfejo, teoria e piano, além de seminários e conferência e um programa de bolsas de estudo. Elementos jovens da nova geração musical, os mais conceituados, serão os professôres. Inscrições, já abertas na rua Dias da Rocha, 81, casa 5, telefone 47-5197, sede da nova academia.

Espero que a iniciativa possa contribuir para despertar, na mocidade, o gôsto pela nossa música popular autêntica e de bom nível.

E' sempre uma maneira de combater a péssima música comercial nacional ou estrangeira, inclusive a atual falsa bossa nova.

O Caso Doxiadis

A bomba estourou logo no início do ano. O Govêrno do Estado da Guanabara contratara uma equipe de arquitetos estrangeiros para planejar o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, até o ano 2.000. A data limite, ano 2.000, e a origem dos planejadores, gregos do escritório Doxiadis Internacional Associados Companhia Limitada, conferiram à notícia um clima próprio de algumas novelas de "science-fiction".

Passado o momento de estupefação, — ninguém conseguia se conformar com o fato, nem entendê-lo, — começaram a surgir as manifestações de desagrado e protesto.

O **IAB-GB**, foi a primeira entidade a se colocar contra. Na véspera da assinatura do contrato uma emissora de televisão do Rio transmitiu uma curta entrevista de um dos diretores do **IAB-GB**, na qual ficou definida a posição do órgão de classe dos profissionais de arquitetura. Os arquitetos não podiam compreender que no momento atual, após uma longa campanha pela difusão dos princípios de planejamento urbano e pela criação de uma consciência pública dos problemas dos aglomerados humanos brasileiros, o govêrno de uma das mais importantes unidades da federação, centro de irradiação cultural dos mais significativos, fôsse buscar fora do país os elementos técnicos necessários ao equacionamento dos seus problema urbanísticos.

OS FATOS

9-1-1964 — Assinatura do Contrato — Primeira nota oficial de protesto.

No dia em que o Govêrno do Estado assinou o contrato com a Dixiadis Internacional Associados Companhia Limitada, de Atenas, Grécia, a Comissão Diretora do IAB-GB emitiu uma nota oficial na qual manifestava sua estranheza, afirmando:

"1) o equacionamento dos problemas urbanos exige um profundo conhecimento das condições gerais do VII Congresso Internacional da UIA, organismo consultor do UNESCO, que recomenda aos países o preparo de "de quadros de arquitetos que, dotados de profundo conhecimento da realidade nacional, possa atuar com tôda a eficiência, elaborando seus próprios planos, sem ter que os importar".

2) Coerente com êste princípio o IAB-GB apoia e vem se batendo pela aprovação de projeto de lei, em curso na Asembléia Legislativa Estadual, que estabelece condições necessárias ao equacionamento dos problemas urbanos do Estado.

3) Diante da importância dêste assunto para a comunidade carioca constituiu-se a Comissão, composta pelos arquitetos Harry James Cole, Luz Paulo Conde, Maurício Nogueira Batista e Wit-Olaf Prochnik, para se inteirarem dos detalhes do contrato hoje assinado pelo Govêrno do Estado e proporem à Diretoria as providências cabíveis.

O IAB-GB lamenta o sigilo e a rapidez com que foram ultimadas estas negociações sem nenhuma consulta ou comunicação prévia aos órgãos de classe interessados, e manifesta sua profunda preocupação ante as possiveis consequências dêste contrato ao futuro da comunidade carioca".

Contrato não foi publicado

A maior dificuldade encontrada pela Comissão nomeada para se inteirar dos têrmos e detalhes do contrato assinado pelo Estado da Guanabara, estava em que o contrato não fôra publicado. Ninguém conhecia detalhes. A única informação existente era a de uma notícia publicada no Jornal do Brasil, na qual foram transcritos fragmentos do texto contratual.

O **IAB-GB**, por ofício, solicitou da Secretaria de Govêrno do Estado cópia do contrato firmado com a Doxiadis Internacional. Não recebeu resposta. A Comissão tentou ser recebida em audiência pelo Secretário de Govêrno. Não conseguiu.

15-1-1964: Carta ao Governador

Enquanto a Comisão tentava, por todos os meios, obter elementos que a capacitassem a se desincumbir de sua tarefa, o presidente do **IAB-GB**, dirigia-se ao Governador do Estado, recordando a luta dos arquitetos cariocas pela implantação de medidas de planejamento global para a cidade e confessou-a: profissionais ligados ao planejamento urbano estao certos de que "...**a consumação do fato, na forma pela qual foi anunciado pela imprensa da cidade, significa um retrocesso na evolução do pensamento e da experiência urbanística nacional**", uma vez que "...**os amplos fatores envolvidos pelo planejamento global de uma cidades como o Rio de Janeiro (...) ao serem tratados por uma equipe estrangeira, serão fatalmente deformados, repercutindo, de forma desastrosa e profundamente na formação de uma cultura de planejamento que se deseja brasileira**".

A carta do arquiteto Maurício Roberto, presidente do **IAB-GB**, propunha ao Governador do Estado a convocação de uma reunião da qual participassem, além da Diretoria ao **IAB-GB**, "**os diretores dos órgãos de planejamento do Estado, a Diretoria do Clube de Engenharia e as diretorias dos demais órgãos interessados**". Nesta reunião, o Governador poderia fazer uma explanação sôbre o que levara a contratar a Doxiadis e ouviria as ponderações dos representantes das associações. O debate franco entre o Govêrno, os técnicos diretamente ligados ao planejamento e os representantes de setores representativos da comunidades, poderia indicar "... **a melhor maneira de conduzir o delicado complexo de fatos, circunstâncias e aspectos — socias, culturais e econômicos — que se traduzem na conturbação do Rio de Janeiro**".

A carta do **IAB-GB** oferecendo uma oportunidade para um democrático debate sôbre os assuntos que interessam vitalmente a tôda a comunidade carioca, ficou também sem resposta.

Manifestações de Solidariedade

IAB da Bahia: O Departamento da Bahia foi o primeiro a manifestar solidariedade na luta que iniciavam os arquitetos cariocas em defesa da cultura brasileira de planejamento. Em telegrama datado de 11-1-963 os arquitetos da Bahia afirmavam: "**tomando conhecimento atravez vespertino local vg tentativa esbulho arquitetura brasileira vg contratação arquitetos estrangeiros afim elaborar plano diretor Guanabara vg colocamo-nos disposição colegas Guanabara lutar preservação cultura nacional pt**".

Logo a seguir, outras manifestações começaram a chegar, de todos os pontos dos país e da Guanabara. O engenheiro Hélio de Almeida, presidente do **C.E.** telegrafou ao Governador do Estado estranhando a contratação de profissionais gregos para estudos urbanísticos para o Estado.

IAB de Brasília. O Departamento de Brasília, em ofício, hipotecou solidariedade aos seus colegas da Guanabara dizendo: "**o fato cresce de importância, Representantes da UME, o Diretório**

pois, aproxima-se a comemoração do IV Centenário desta cidade e não seria agora, após tantas obras que êste Governador anuncia como prontas, e, até então, altamente valorizadas pelos arquitetos da Guanabara, que o coroamento das mesmas e o planejamento para o futuro, devesse escapar às mãos dos valorosos profissionais cariocas".

IAB de Goiás. A Delegacia de Goiás **"acompanhando pelos jornais rumoroso caso contrato plano diretor Guanabara autêntico menosprezo arquitetos brasileiros que até aqui contribuiram eficazmente e seguros nossa realidade profissional vg donde ser sabida nossa influência e contribuição internacional em arquitetura e urbanismo pt colocamo-nos disposição colegas Guanabara a tomar defesa daquilo que representa nossos ideais e reivindicações.**

IAB — do Rio Grande do Sul. O Departamento do Rio Grande enviou ofício ao Governador do Estado da Guanabara, estranhando a assinatura do contrato com o escritório grego Doxiadis, visando a formulação de um programa a longo prazo de desenvolvimento urbano da Guanabara, e solicitando do Govêrno, a reconsideração da **"solução adotada para obter o planejamento, sem dúvida necessário, ao Estado da Guanabara, de modo a que nossos profissionais capazes e mais entrosaods no meio em que devem atuar, recebam a incumbência dessa tarefa, a qual temos absoluta certeza executarão de modo brilhante.**

Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro: O eng. Luiz Santos Reis, presidente do **S.E.R.J.** hipotecou, por telegrama **"integral solidariedade campanha contra entrega urbanismo Rio firma estrangeira vg considerando-se também atingido agresão sofrida.**

Associações estudantis: A **"Executiva Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismos", o Diretório Acadêmico Atilio Correia Lima,** da Faculdade Nacional de Arquitetura, o **Conselho de Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia,** assinaram notas de protesto e hipotecaram solidariedade na luta contra a contratação da Doxiadis Internacional Associados, liderado pelo Instituto de Arquitetos.

Ação do IAB-GB

A Comissão deignada pela Diretoria do **IAB-GB,** não tendo conseguido obter maiores detalhes sôbre o contrato, apresentou na reunião do dia 16/1/64 relatório das suas atividades onde tecia considerações sôbre aspectos do planejamento urbano no Brasil e a introdução de um escritório internacional de planejamento no País, e recomendou a Diretoria do **IAB-GB,** além da convocação da Assembléia Geral, que se mantivesse **"uma campanha esclarecedora do que representa como consequência para a cultura nacional a contratação da firma grega e que se divulgue de maneira clara e objetiva, ao alcance de todos os setores culturais os princípios básicos do planejamento e a sua importância para a coletividade. Recomendava, ainda, que "caso fracassem tôdas as tentativas de acôrdo, caso a intolerância, a prepotência, prevaleçam, é necesário que se tome o fato como lição e, com a cooperação de tôdas as camadas da população brasileira, se empreenda uma luta para impedir que fatos dessa natureza se multipliquem pelo Brasil afora, levando atrás de sí tôdas as decorrências de uma dependência cultural que julgávamos já coisa do passado.**

O Conselho Superior do IAB

O **IAB-GB,** imediatamente após a notícia da contratação da Doxiadis, percebendo até onde poderiam ir as consequências do ato do Govêrno do Estado da Guanabara, e concluindo, que o fato extravasava o âmbito de interêsse do Depatramento, comunicou o fato oficialmente à Diretoria do Conselho Superior do **IAB,** que o convocou para uma reunião conjunta.

O vice-presidente do **IAB,** arquiteto Jorge Moreira, em contrato com o Gabinete do Governador do Estado, conseguiu que fôsse remetida ao **IAB** uma cópia do contrato assinado com a Doxiadis. Na reunião conjunta das duas diretorias, do Conselho Superior e do **IAB-GB,** realizada em 21-1-64, foi dado conhecimento do conteúdo do contrato e emitida uma nota, na qual as duas diretorias concluiam **"inicialmente que o mesmo (contrato) está em discordância com os princípios básicos que o IAB defende intransigentemente e deliberaram que o IAB-GB estude minuciosamente o referido documento a fim de que, em nova reunião conjunta das duas diretorias, sejam afixadas as alterações julgadas indispensáveis para permitirem a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil com o Govêrno do Estado, na elaboração de um Plano Diretor para o Estado da Guanabara.**

Assembléia Geral do IAB-GB

Instalada no dia 23-1-64 declarou-se em assembléia permanente até que a Comissão — nomeada pela Diretoria do IAB-GB, de acôrdo com a decisão tomada juntamente com o Conselho Superior, e por ela uma ampliada — concluisse os estudos sôbre o contrato. A Assembléia Geral emitiu uma nota na qual decidia, após conhecer os têrmos do instrumento firmado pelo Govêrno Estadual:

"1 — **Levar ao conhecimento dos profissionais interessados em problemas de planejamento e à população carioca os têrmos do contrato.**

2 — **Repudiar o ato do Govêrno Estadual por considerá-lo incompatível com o nosso estágio de desenvolvimento técnico e atentatório à cultura brasileira**

3 — **Nomear uma comissão para prestar amplos esclarecimentos sôbre o referido contrato e a posição assumida pelos arquitetos."**

ARQUITETURA, pretende no próximo número trazer aos seus leitores a continuação do "caso Doxiadis", em maiores detalhes, apresentando manifestações pessoais de inúmeros arquitetos e de outros profissionais ligados ao planejamento, e que bem representam a intensa e negativa repercussão do ato do Govêrno do Estado da Guanabara.



GIANFRANCO

Reprodução de obras antigas e modernas

* murais
* armários
* biombos

Colocação em:

Rua Hilário de Gouvea, 66 S.L. 210
rec./tel. 37-5857 (esq. Av. Copacabana)

Serraria Santana Ltda.

COMPENSADOS EM GERAL

DURATEX — FORMIPLAC E EUCATEX

MADEIRAS E MATERIAIS

PARA

MARCENARIAS E CONSTRUÇÕES

28 ANOS DE

TRADIÇÃO E

BONS SERVIÇOS

Rua Santana, 149/151 — Telefone
Rio de Janeiro — 23 - 6131

DESTAQUE

JUSTIÇA RECONHECE DIREITO DO ARQUITETO

Na prática profissional a história é, infelizmente, das mais corriqueiras. O arquiteto é chamado para elaborar um estudo ou anteprojeto destinado a algum empreendimento. Esfalfa-se, tentando-se conciliar os diversos fatôres em jôgo, — os interêsses do cliente, as condições financeiras, programáticas, construtivas e as prescrições legais — para sintezá-los dentro de uma concepção que espelhe a sua condição de planejador e criador. Conseguido o intento, entrega seu trabalho ao cliente que o aceita. O empreendimento, entretanto, por razões completamente alheias à vontade do arquiteto, não se concretiza. O cliente, usando uma lógica absurda, acha que nada deve ao profissional. Parece mentira, mas é verdade. "Clientes" dêste tipo existem aos montes. Difícil é encontrar um arqutieto que não tenha com "êles" tido contato.

No caso que vamos destacar, os arquitetos Maurício e Saul Tarnapolsky fizeram para Domingos Frutuoso Rodrigues, estudos e projetos para construção de um prédio misto de três pavimentos. Por motivos independentes da vontade dos arquitetos, a construção não chegou a ser efetuada, e o cliente, muito naturalmente, achou que nada lhes devia. Inconformados com a recusa de pagamento dos honorários devidos, os arquitetos recorreram à Justica e o Juiz da 9.ª Vara Civil do Estado da Guanabara, Dr. José Candido Sampaio de Lacerda, em notável sentença condenou o réu a pagar a justa remuneração ao trabalho.

ARQUITETURA, dentro do seu princípio de lutar intransigentemente na defesa do exercício profissional, não poderia deixar de destacar e registrar, para conhecimento de todos os arquitetos brasileiros, a sentença do Magistrado da 9.ª Vara Civil, Dr. Jozé Candido Sampaio Lacerda, lavrada em 25 de novembro de 1963.

A Sentença

"O trabalho dos AA. está devidamente comprovado. Foram êles os autores do projeto, tendo realizado os estudos necessários para tanto, como faz ver o perito desempatador, em seu laudo quando da resposta ao 1.º quesito dos AA. (fls. 92). Também foram êles os responsáveis pela aprovação do projeto, tanto que tiveram do Reu procuração para êsse fim. Não foram pagos, todavia, pelos seus serviços. A importância de Cr$ 16.000,00 alegada pelo Réu, sem qualquer comprovante, não poderia de forma alguma corresponder aos honorários dos AA. como arquitetos. Quando muito poderia corresponder ao pagamento dos trabalhos do desenhista. Em falta de qualquer prova nesse sentido, não poderá, porém, ser computada tal verba a seu favor. Assim, os honorários dos AA. só poderão ser calculados com base na tabela organizada pelo órgão técnico especializado, isto é, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em face do que dispõe o Código de Ética Profissional, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária do Departamento do Estado da Guanabara de 30 novembro de 1961, que estabelece, outrossim, não poderem os arquitetos fazer quaisquer descontos na Tabela respectiva. Dêsse modo o valor atribuído só pode ser o de Cr$ 118.000,00, como salienta o perito desempatador, na base da tabela de 1061, época em que foi aprovado o projeto. Entretanto, como nessa ocasião não perceberam seus honorários, justo é que tais honorários sejam reestruturados em face da Conjuntura Econômica, tendo em vista o aumento do nível do custo de vida, que em 1961 tinha por índice 583 e em 1962, data do ingresso em Juízo, 867. Sendo assim, se em 1961, com índice 583 o valor ora de Cr$ 118.00,00, em 1962, com índice 867 teria que ser de Cr$ 175.000,00. A essa importância deverão ser acrescidas as verbas de Cr$ ..... 69.000,00 pelas despesas com despachante, Cr$ 5.170,00 pela revalidação da licença e Cr$ 3.386,00 de emolumentos, nos têrmos do fixado pelo desempatador, tendo em vista a documentação constante dos autos, o que dá um total d eCr$ 252.556,00.

Em tais condições e mais pelo que dos autos consta, julgo procedente a ação para condenar o Réu a pagar aos AA. a quantia de Cr$ 252.556,00 (duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e seis cruzieros), juros de mora, custas e honorários de advogado, que fixo em 20% sôbre o valor da causa dado na inicial".

FRANK LLOYD WRIGTH NO BRASIL

Miranda Neto, no "Folhetim do Jornal do Comércio de 8 /XII/63, ao fazer história da Associação dos Artistas Brasileiros lembra a passagem de **FLW** pelo Brasil, em 1930 (?) quando veio, juntamente com Eliel Saarnen, julgar o concurso para o Farol de Colombo. Em sua autobiografia, **FLW** relata os dias que passou no Rio, dizendo que o seu intérprete foi o Herbet Moses, então repórter de "O Globo" e se refere ao ambiente de exaltação existente na Escola Nacional de Belas Artes, onde os alunos lutavam para reformá-la.

A nota de Miranda Neto é mais amena, prende-se a homenagem prestada pelo Instituto de Arquitetos ao famoso criador norte-americano e o discurso de saudação proferido por Nestor de Figueiredo, então presidente do **IAB.**

"Outro nome que iria para os anais da Associação: Frank Lloyd Wright. O Instituto de Arquitetos do Brasil, de que Nestor de Figueiredo era presidente, ofereceu um almôco no Automóvel Clube (o antigo e elengantíssimo Club dos Diários) ao grande arquiteto norte-americano. Em seu discurso, Nestor de Figueiredo, afirmou ser Wright o criador do romântico na arquitetura em nossa época. Frank Lloyd Wright emocionou-se e declarou: "Pela primeira vez ouco uma interpretação sôbre a finalidade sentimental de minha "arquitetura". E foi logo fazer uma conferência na Associação sôbre "O romântico na Arquitetura Contemporânea".

"O precursor da arquitetura moderna (bem antes de Le Corbusier, Frank Lloyd Wright apontava para a funcionalidade) é de fato, no fundo, um neoromântico. Isso foi muito bem sentido e visado por Nestor de Figueiredo há mais de trinta anos".

ARQUITETURA está fazendo um levantamento da passagem de Frank Lloyd Wright pelo Rio. Apelamos aos nosos leitores para que nos enviem fotcs, recortes de jornais, publicações, depoimentos dos que com êle privaram, enfim tudo aquilo que tenha relação com a estada de **FLW** no Brasil.

M N B

URBANIZAÇÃO E INDUSTRALIZAÇÃO NO BRASIL: Liquidação da pequena Indústria Local.

Citando um trabalho do professor Waldomiro Bazanella, assistente de Sociologia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, o jornalista Agostinho Rito do "Correio da Manhg" traz ao grande público alguns dados sôbre o crescimento populacional e o processo de industrialização brasileiros que julgamos oportuno transcrever.

O trabalho citado foi publicado na revista "America Latina" do Centro Latino Americano em Pesquisas Sociais, sob o titulo "Industrialização e Urbanização no Brasil".

A. R. destaca inicialmente a afirmação do professor Bazanella de que "**o sistema urbano do Brasil reflete um processo de "colonização interna" e que a pequena industria local, nas áreas atrasadas está perdendo o poder de competição e sendo eliminada**". E mais que o sistema bancário particular, apesar dos esforços dos bancos oficiais, tem funcionado como fonte de drenagem de poupança para áreas mais adiantadas, estando as desigualdades regionais, pelo livre jôgo do mercado, se acentuando o podem conduzir o país a situações catastróficas.

Crescimento

"A população urbana do Brasil — diz o professor Bazanella — cresceu de 4,5% e a rural de apenas 16%. A primeira absorveu 5,8 milhões de pessoas do incremento demográfico total de 10,5 milhões, referentes ao decênio de 40-50. O número de cidades com mais de 20 mil habitantes subiu de 54 em 1940 para 89, em 1950 e as aglomerações de 20 a 50 mil habitantes que duplicaram em número o população, passando de 6,3 milhões para 103 milhões.

"As de mais de 10 mil habitantes absorveram 2,7 milhões de pessoas, isto é, cerca de 47% de acréscimo da população urbana, no período dado. O crescimento da população das 141 cidades, que contavam mais de 10 mil habitantes, no seu conjunto, em 1940, não variou muito nas diversas áreas: 47,6% na "área atrasada", 46,1% na "moderada" e 50,3% na "adiantada". A urbanização ocorre, portanto, em tôdas as áreas independentemente do estádio do desenvolvimento econômico e social.

"Verificamos que as cidades de 10 a 100 mil habitantes apresentam, em conjunto, taxas similares de crescimento, 42,3% — 40,1% e 42,5% para os grupos de cidades de 10.00 — 20.000 — 50 000 e 50.000-100.000 habitantes respectivamente. Entretanto, as cidades de mais de 100.00 habitantes cresceram aceleradamente, isto é, de 53,9%.

Industrialização

Cêrca de 1.399.307 pessoas (de 10 anos em diante) eram empregadas na indústria de transformação, em 1940. Em 1950, houve um acréscimo de 71% isto é, a indústria de transformação, envolvia cêrca de 2.392.952 pessoas, Nas áreas referidas o ritmo de crescimento da indústria, nas 141 cidades é muito desgiual. Na área "atrasada" o pessoal empregado cresceu apenas de 32,7%, percentagem pouco superior ao crescimento da população. Nas áreas "moderadas" o crescimento foi de 59,3% e nas "adiantadas" de cêrca de 74,7%.

Isso confirma a verificação de que o desenvolvimento industrial tende a ser cumulativo, isto é, o desenvolvimento aumenta nas regiões mais desenvolvidas, uma vez que a população brasileira cresceu em 25,8% na área "atrasada", de 11,9% na área "moderada" e 30% na "adiantada". Deve-se notar, que a disparidade nos ritmos de aumente às correntes migratórias internas em benefício da área "adiantada", que teve um saldo migratório positivo de 741.841 pessoas no período intercensitário, enquanto o saldo negativo foi de 663.575, na "moderada" e na "atrasada" o saldo, também, negativo foi de 133.439 pessoas.

Tomando por base a relação entre a percentagem do crescimento urbano, tem-se como resultado o índice de 75,6% para "atrasada", 160 para a "moderada" e 147 para a "adiantada". Há, assim, uma diminuição na percentagem da população na indústria de transfprmação nas cidades consideradas na "área atrasada", já que a sua população urbana cresce mais aceleradamente do que a população industrial.

Na área "atrasada" a população das cidades cresceu de 404.707 pessoas, enquanto a população industrial aumentou de apenas 22.653, o que significa uma absorção de apenas, 5,6% na indústria. Na área "moderada" a capacidade do incremento populacional pela indústria foi de 12,4% e, na "adiantada" de 19,5%.

Concentração

Há uma evidente transformação na composição ocupacional da população, se tomarmos a participação percentual da população industrial, das diversas zonas, sôbre o total. Na "área adiantada" somavam-se, em 1940, 75% da população industrial dos municípios considerados, e em 1950, 78% enquanto a participação dos municípios da "área atrasada" caia no mesmo período de 7,9% para 6,2% e na "moderada" de 17,1% para 16,2%. Nota-se, com evidências, diz o professor Bazanella, uma tendência acentuada para industrialização, estando o processo, entretanto, beneficiando unilateralmente a parte já mais desenvolvida, do país.

Do ponto de vista industrial a "área atrasada" não só está estagnada como, relativamente, em retrocesso. Concorre para isso, também, a disparidade entre as diversas áreas a migração dos fatores de mão-de-obra e capitais da área menos desenvolvida para a área adiantada.

Confirmando tal migração dos fatôres de capital observa-se, apesar da pequena capacidade de poupança da área menos desenvolvida, que o sistema bancário particular tem funcionado como fonte de drenagem de poupanças para a área adiantada. Os bancos oficiais, entretanto, para contrabalançar a ação dos bancos particulares, aplicam nas regiões menos desenvolvidas muito mais do que os recursos nelas captados.

A "área adiantada" e "moderada", com exceção das cidades de 20.000 habitantes. As cidades que proporcionalmente mais cresceram, industrialmente, foram as da classe 50.000-100.000 habitantes.

No conjunto, as percentagens da absorção do efetivo urbano foram de 5,6% na "área atrasada", 12,4% na moderada e 19,5% na "adiantada".

Industrialização e Urbanização

Em todos os grupos de cidade (10-20 mil, 20-50 mil, 50-100 mil, e mais de 100 mil habitantes), segundo o tamanho, a tendência é a mesma que para o conjunto. Conclui-se que as cidades da "área atrasada" estão regredindo industrialmente, com exceção das cidades de 50-100 mil, enquanto que na "área moderada", é mais acentuada a industrialização que a urbanização.

O professor Waldemiro Bazanella considerou como área "atrasada", no seu estudo, os seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, ou sejas das regiões do Norte e Nordeste, com exceção de Pernambuco, Centro-Oeste e Espírito Santo. Como área "adiantada" estão os Estados: Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O crescimento urbano independe segundo os dados obtidos e verificados, em larga medida, da industrialização derada", é mais acentuada a industrialização, em têrmos relativos, é independente em grande parte, do tamanho das cidades, sendo mais acentuado, porém, nas cidades de tamanho médio, de 50.000-100.000 habitantes.

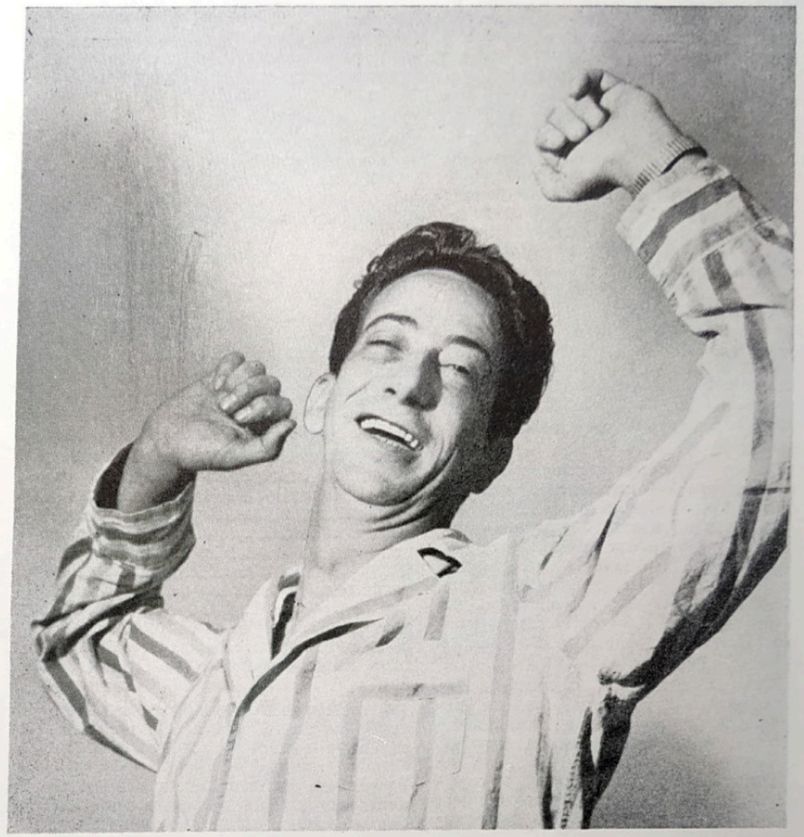
População Terciária

A população terciária (pessoa de 10 anos e mais empregadas no ramos de comércio de mercadorias, comércio de móveis, transportes e comunicações, administração pública, defesa nacional e segurança pública, profissões liberais, serviços e atividades sociais) nas 141 cidades consideradas, apresentou um crescimento de 67,3%, no decênio considerado, passando de 1.770.535 pessoas para 2.962.905.

O professor Bazanella, examinando o comportamento da população terciária, em relação às áreas citadas, conclui que o ritmo de crescimento do terciário, na fase atual do Brasil, apresenta as seguintes características: a) dependente fundamentalmente do crescimento urbano; b) — quanto maior fôr a cidade, maior o incremento relativo a terciários; c) — o maior grau de desenvolvimento econômico acentua, embora em parcela pequena, o crescimento do terciário.

Mão-de-obra

Foi na área chamada de atrasada que se apresentaram percentagens menores de absorção da mão-de-obra ativa, nos setôres secundários e terciários. No grupo de 10 a 50 mil habitantes, na referida área, a percentagem da absorção de mão-de-obra foi de, apenas 25%, enquanto na "área adiantada"



Como é gostoso dormir com o barulho da chuva!

Muita gente se preocupa com tempestades. Médo do teto cair. Mas eu sou previdente. Não quis saber de materiais não construtivos para o fôrro da minha casa. Usei a cabeça. E o trabalho andou mais depressa. E ainda fiz economia. Meu sono tranqüilo ficou garantido quando colocaram esta placa na construção da minha casa:

LAJES VOLTERRANA

Lajes pré-fabricadas para pisos e forros. Lajotas de cerâmica ou de concreto. Lajes "X" com armação cruzada para casos especificos. Consulte-nos para maior eficiência de sua construção.

Colaber SPCP-302

SÃO PAULO (Barão de Itapetininga, 151 - 11º - Fone 35-7245). - RIO (Rua da Lapa, 180 5.º - Fone 22-5470) — BELO HORIZONTE (Rua São Paulo, 893 - 8.º - Fone 4-1326) RIBEIRÃO PRETO (Rua Alvares Cabral, 576 - Fone 3701) — BRASÍLIA — RECIFE

sigla que representa

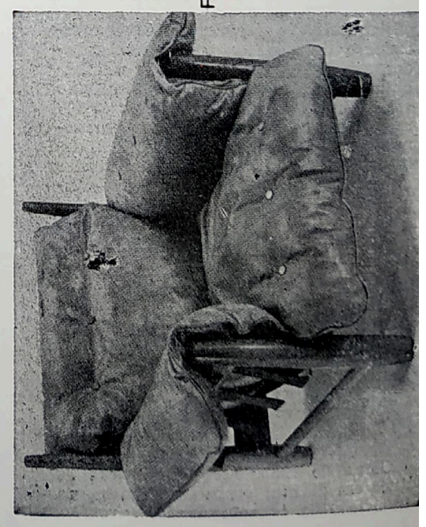
PRESTIGIO INTERNACIONAL EM EQUIPAMENTO DE INTERIORES

PRIMEIRO PREMIO IV CONCORSO INTERNAZIONALE DE MOBILE CANTU ITALIA 1961 CRIAÇÃO: ARQ. SERGIO RODRIGUES

oca arquiteture interiores s.a.

RUA JANGADEIROS 140 PRAÇA GENERAL OSÓRIO TELEFONES 27-2533 E 27-2534

POLTRONA



foi de 50%. Nas cidades de mais de 50 mil habitantes o índice foi de 40%.

Tal verificação, segundo o estudo em questão, possui implicações importantes. Revela as migrações rurais-urbanas, na área atrasada, não se devem explicar pela "atração" das cidades, em função da procura de mão-de-obra. Ao contrário, indica que o desemprêgo nas cidades da referida área é generalizado, em primeiro lugar, porque tais cidades estão regredindo na industrialização, não havendo, portanto, perspectivas de emprêgo no setor secundário. Por sua vez o crescimento do setor terciário é, na maior parte, função do crescimento urbano, não parecendo possível prever a incorporação de muito mais de 30 a 35% do incremento urbano a êsse setor, em todos os grupos de cidades e em tôdas as áreas.

A suposição de que nas áreas adiantadas há pleno emprêgo poderá levar-nos a admitir que 50 a 52% do incremento urbano pode destinar-se à mão-de-obra ativa, sendo 30 a 32% no setor terciário e 20 a 22%, no secundário. Assim, poderíamos concluir que na área atrasada, das 405.000 pessoas que foram absorvidas pelo contingente urbano, 120 mil a 130 mil poderiam teòricamente ser somadas à atividade terciária e de 80 a 90 mil às atividades secundárias.

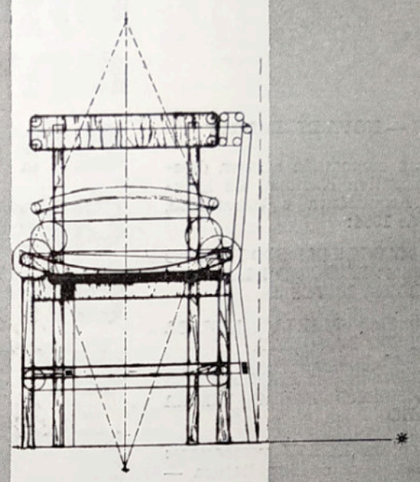
Conclusões

O estudo do professor Waldemiro Bazanella, revela, ainda, que a tendência é para uma diferenciação mais acentuada entre as funções das cidades das várias áreas do país. As cidades da "área atrasada", após lenta liquidação de suas indústrias, incipientes, passam a exercer funções quase que exclusivamente de entrepostos comerciais, isto é, como supridora de matérias-primas, trabalho e mesmo capital, à "área adiantada". A tendência à integração no plano nacional, entretanto, implica na desintegração inicial da estrutura social da área atrasada, em que a economia agrária se acha em crise estrutural e a sociedade, como um todo, marginalizada.

A pobreza das cidades atrasadas é que leva a pensar freqüentemente na superurbanização, mas isso não passa de um desvio de "óptica do observador". Nas cidades a miséria é mais concentrada e por isso mesmo, mais visivel.

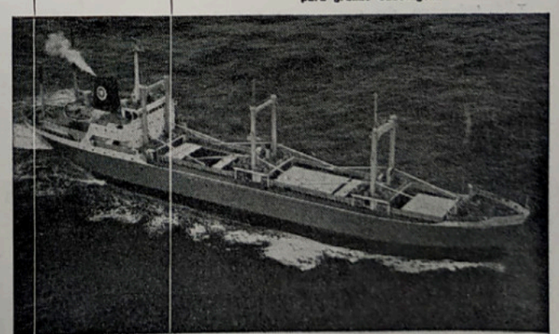
A tendência do desenvolvimento desigual e cumulativo vai alargando o hiato que separa as diversas áreas do país. A industrialização, que dependeu do lento progresso tecnológico nos países que viveram a revolução industrial do século XIX, está ocorrendo bruscamente nos países que atualmente se industrializam, de modo que o impacto é mais violento e as medidas para os necessários ajustamentos devem ser mais dramáticas. É de se temer que as desigualdades regionais, pelo livre jogo do mercado, se acentuem a tal ponto que conduzam a situações catastróficas. O sistema urbano reflete tal processo de "colonização" interna, em que a pequena indústria local, na "área atrasada", está gradativamente perdendo o poder de competição e sendo eliminada. . . ..

fatima fatima fatima fatima fatima
fatima fatima fatima fatima fatima



*arquitetura interiores
r. domingos ferreira, 221 - b. GB

ZAULI
TAMBEM NO MAR
executou os serviços de ventilação do "Volta Redonda", o primeiro navio a motor construido no Brasil para grande cabotagem.



ZAULI S.A.
ventiladores para indústria - ar condicionado - refrigeração
SÃO PAULO - RIO - BELO HORIZONTE

Notícias

ENEAU — NOVA DIRETORIA

Foi eleita e empossada a nova diretoria da Executiva Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, para o ano de 1964:

Presidente: MARCOS SERGIO FRANCO
Vice-Presidente: ROGÉRIO DIAS COSTA AROEIRA NEVES

Secret. Geral: MARIA TERESA PRECHT DE MESQUITA

Secret. do Intercâmbio: ANDRÉ SOLTI
Tesoureiro: PEDRO PAULO VIEIRA MACHADO

O endereço da ENEAU permanece: Faculdade Nacional de Arquitetura — Cidade Universitária — Ilha do Fundão — GB.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ARQUITETOS E TECNICOS EM MONUMENTOS

O Congreso, realizado sob os auspícios da UNESCO, será dirigido pela Divisão de Proteção e Belas Artes a Antiguidades do Ministério de Instrução Pública da Itália e terá lugar em Veneza, na Fudação Giorgio Cini, de 25 a 31 de maio do corrente ano. A Diretoria do Conselho Superior da IAB iniciou gestões para formação da delegação de arquitetos brasileiros, de acôrdo com a solicitação do **IBEC**. Os trabalhos do Congresso serão desenvolvidos segundo o seguinte temário:

I — Técnica da escavação e conservação dos monumentos e suas aplicações.

II — Problemas fundamentais de estudo, investigação e restauração dos monumentos.

— a) Método de escavação e restauração das descobertas arqueológicas.

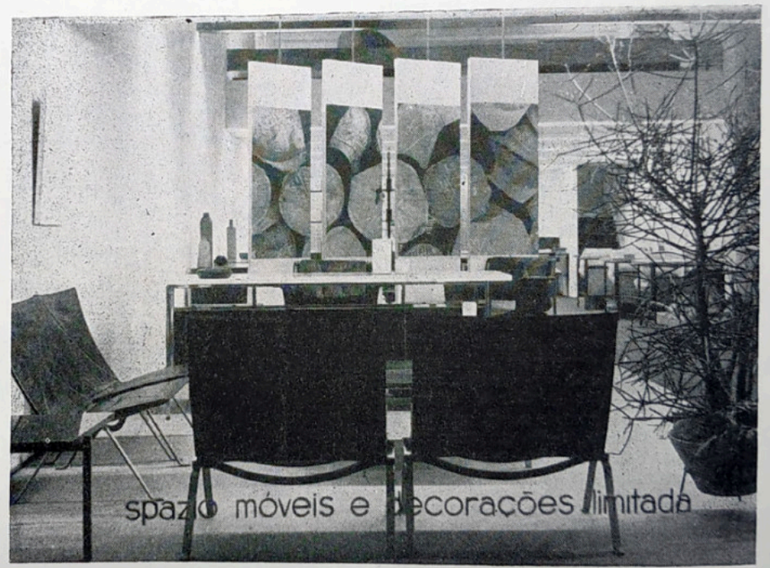
b) Novos preparados químicos e físicos para conservar antigas esculturas.

c) Conservação, restauração, reparos e utilização de Edifícios Monumentais (casos de importância particular).

d) Problemas relativos a publicações e divulgações.

III — Organização jurídica administrativa de proteção dos monumentos e do ambiente mo-

ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio



spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara de
ambiente indústria e comércio de móveis S. A.
ambiente - spazio
uma linha completa de móveis para escritório e residência, desenhados por arquitetos de renome internacional, satisfazendo as exigências e necessidades contemporâneas de funcionalidade e beleza.
consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb

numental, dos centros históricos e da paisagem.

a) legislação

b) serviços administrativos

c) serviços técnicos

d) formação de pessoal especializado

IV — Contribuições substanciais à história da arte e história da civilização que resultem do estudo e restauração dos monumentos.

V — Estudo preliminar das medidas tomadas para proteger o patrimônio monumental, relativo aos grandes trabalhos de interesse público ante eventuais ações bélicas.

Durante a realização do Congresso será mostrada uma exposição sôbre "A Restauração" e proposta a criação de uma Associação Internacional de Técnicos de Restauração, com a sigla ICOM — Conselho Internacional para Proteção dos Monumentos e da Paisagem.

CONGRESSO EM WASHINGTON

O Congresso da Federação Panamericana de Associações de Arquitetura terá lugar em Washington em meados de 1965. A Divisão Nacional de Concursos e Assuntos Internacionais, (DNCAI) do IAB, proporá a Diretoria do Conselho Superior as medidas necessárias a participação brasileira.

CONCURSO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVOS EDIFÍCIOS EM ADIS ABEBA

A **UIA** não aprovou edital dêste concurso, em virtude de os têrmos do mesmo ferirem frontalmente o seu regulamento de concursos, razão que torna desaconselhável a participação de arquitetos.

XII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Em Atenas, de 20 a 26 de setembro de 1964 reunir-se-á a XII Conferência Internacional sôbre o tema: "Progresso Social Através do Planejamento Social" — Papel do Serviço Social, e terá as seguintes subdivisões correspondentes a cada uma das comissões:

1.ª COMISSÃO: O Conceito do Planejamento Social

1 — O têrmo "planejamento social".

2 — O desenvolvimento social e o planejamento social.

3 — Prováveis valores do progresso social.

4 — O desenvolvimento social e planejamento social.

5 — A estrutura da sociedade e o planejamento social.

2.ª COMISSÃO: Pesquisa Social e Planejamento social

1 — Investigação e análise das necessidades sociais e dos recursos sociais.

2 — Avaliação dos métodos empregados para atendimento das necessidades e utilização de recursos.

3 — Relacionamento das entidades e organização de pesquisas, com os órgãos de planejamento.

4 — O "approach" inter-profissional para pesquisa social, incluindo a contribuição do Serviço Social.

3.ª COMISSÃO: Estrutura Institucional e Administrativa para o Planejamento Social

1 — Planejamento público e privado.

2 — Relacionamento entre os vários órgãos de planejamento funcional e geográfico.

3 — Aspectos econômicos e financeiros do planejamento social nos vários estágios de desenvolvimento da região.

4 — As Entidades de Serviço Social, os Assistentes Sociais e o planejamento social.

5 — Estrutura para execução dos planos.

6 — A função das organizações internacionais no planejamento social.

4.ª COMISSÃO: Processo de Planejamento Social

1 — Estabelecimento de prioridades.

2 — A coordenação de planos.

3 — Técnicos de planejamento (trabalho em equipe, etc.) e obstáculos ao planejamento.

4 — Limitações da eficiência do planejamento social, limitações inerentes ao processo do planejamento social.

5 — A contribuição dos processos de Serviço Social ao planejamento social.

5.ª COMISSÃO: Participação do Público no Planejamento

1 — Consciência das Necessidades Sociais.

2 — Interpretação dos objetivos do planejamento social.

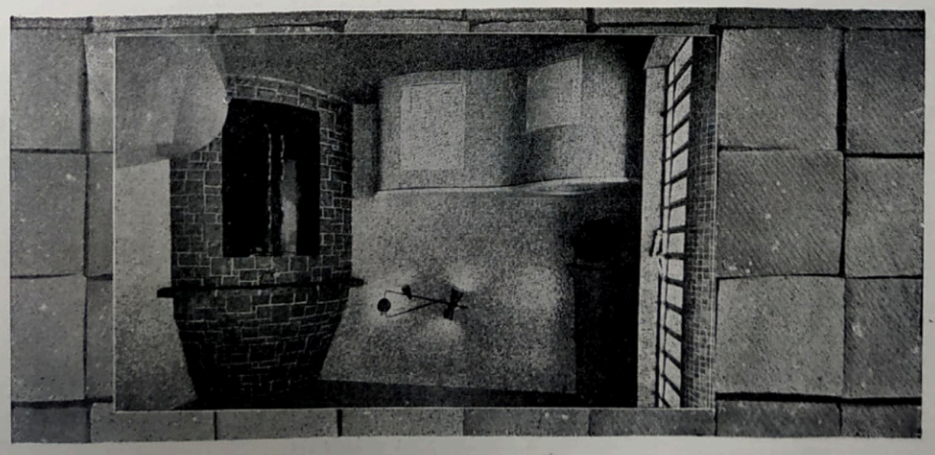
3 — Participação dos cidadãos, individualmente e em grupo, no planejamento.

4 — Meios e canais de comunicação e contrôle.

5 — Papel do assistente social como elemento estimulador da participação do povo.

VIDROTIL — Mosáico Vidroso

Para revestimentos, pavimentações e decorações.



São Paulo: VIDROTIL Ind. Com. — Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 306 — Tel.: 35-5288 — End. Telegr.: "VIDROTIL

Rio de Janeiro: Arthur Grug — Rua Prof. João Felipe, 382 — Tel.: 34-9177

IAB REUNE ASSEMBLÉIA NACIONAL

Na segunda quinzena de março do corrente ano deverão reunir-se a Assembléia Nacional e o Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil. A reunião deverá durar três dias e terá lugar no Rio de Janeiro. O IAB custeará as despesas de viagem de todos os delegados. Tendo em vista a realização deste encontro, da maior importância para os arquitetos brasileiros, a Diretoria do Conselho Superior solicita a todos os Departamentos e Delegacias o envio urgente dos seguintes elementos:

a) composição das atuais diretorias e delegados junto ao Conselho e à Assembléia

b) relação de associados, com endereços

c) cópia dos estatutos em vigor

d) sugestões e estudos sôbre os temas abaixo que constituirão, em princípio, a agenda das duas reuniões:

1 — tabela de honorários

2 — regulamento de concursos

3 — código de ética.

4 — regulamentação profissional

5 — imposto de renda.

6 — modificação dos estatutos do IAB e dos Departamentos e Delegacias

7 — sócios industriais

8 — assuntos diversos

Este material deverá ser encaminhado a Diretoria do Conselho Superior até o dia 20 de fevereiro, impreterivelmente, afim de permitir à Secretaria Geral a organização do material a ser discutido.

O encontro será da maior significação, pois permitirá um confronto de opiniões sôbre o estágio atual do movimento aquitetônico brasileiro e tôdas vimento arquitetônico brasileiro e tôdas as suas implicações profissionais sociais e culturais.

ARQUITETOS E ENGENHEIROS LUTAM POR EQUIPARAÇÃO A PROCURADORES — GB

O Governador do Estado da Guanabara vetou integralmente o projeto de lei n.º 455-A — substitutivo da Comissão de Administração e Redação ao projeto n.º 455, oriundo de Mensagem do Poder Executivo. O substitutivo visava equiparar os vencimentos dos arquitetos e engenheiros do Estado aos dos procuradores do Tribunal de Contas. Servidores do Estado estão empenhados na mobilização total da classe para conseguir da Assembléia Legislativa a derrubada do veto. Comissões de arquitetos e engenheiros foram constituídas para entrar em contato com os órgãos da classe (Instituto de Arquitetos, Clube de Engenharia, Sindicato de Engenheiros etc) e articularem o movimento de opinião favorável à legítima pretensão dos profissionais da arquitetura e da engenharia.

Para maiores esclarecimentos damos o texto do projeto de lei vetado

Art. 1.º — Fica estendido aos veterinários, médicos, dentistas, economistas, assistentes jurídicos, professôres do ensino no segundo grau e normal, contadores e técnicos de administração, do Estado, do Tribunal de Contas e Autarquias Estaduais, desde que o requeiram, o regime de tempo integral, na forma do que estabelecem os artigos 67 e 68 da lei n.º 276 de 28 de dezembro de 1962.

Art. 2.º — Aos profissionais citados no artigo anterior, bem como aos Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos, fica assegurado o direito de também exercer, em caráter particular, a sua profissão liberal, fora dos horários de trabalho em tempo integral.

Art. 3.º — O regime em tempo integral dos Médicos será de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas semanais.

Parágrafo único — Os Médicos que tiverem horários corridos (regime de escala de Pronto Socorro), integralizarão em outros horários o regime de trabalho em tempo integral, a critério das respectivas Chefias.

Art. 4.º — O regime em tempo integral dos profissionais do ensino no segundo grau e normal será de 25 (vinte e cinco) aulas semanais de cinquenta minutos para o magistério diurno e de 20 (vinte) aulas semanais de quarenta minutos para o magistério noturno.

Art. 5.º — Os profissionais a que se refere o artigo 1.º desta Lei, bem como os Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos, que tenham mais de 65 anos de idade e mais de 35 anos de serviço público prestado à antiga Prefeitura do Distrito Federal e Estado da Guanabara, ficam incluídos no regime de tempo integral, se optarem por êsse regime até 30 dias após a publicação desta lei.

Parágrafo único — Os profissionais que fizerem essa opção, na forma do presente artigo, gozarão das vantagens concedidas pelo Decreto número 1.591 de 18 de março de 1963, que regulamentou os artigos 67 e 68 da Lei n.º 276 de 28 de dezembro de 1962, se, no requerimento de opção, comprometerem-se a aposentar-se sòmente por compulsória ou invalidez.

Art. 6.º — Fica assegurado aos servidores do Estado da Guanabara, Tribunal de Contas e Autarquias Estaduais, portadores de diploma de nível superior, cujo exercício é regulado pelo Decreto Federal n.º 23.569 de 11 de dezembro de 1933, remuneração igual à dos servidores de que trata a Lei n.o 210 de 5 de novembro de 1948.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário."

MONUMENTO A FUNDAÇÃO DE GOIANIA

O Govêrno do Estado de Goiás, com a colaboração da Delegacia do IAB de Goiás está organizando um concurso público nacional de projetos para um monumento à fundação da cidade de Goiania. O Estado e os arquitetos goianos já estão procedendo o levantamento da área na qual será erguido o monumento e preparando o programa.

IAB PROMOVE EXPOSIÇÃO DE SANTEIROS

O arquiteto Paulo de Albuquerque, delegado do IAB no Pará, organizou uma mostra de arte iconográfica apresentando trabalhos de "santeiros" dos séculos XVIII e XIX. A exposição foi preparada com a colaboração de colecionadores particulares e alcançou bastante sucesso em Belém.

HOLLYWOOD - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE ANTEPROJETOS DE CASAS

Foi lançado um concurso público de anteprojetos, aprovado pela União Internacional de Arquitetos, para a construção de residências unifamiliares em um loteamento (600 lotes) em Monte Olympus, no centro das colinas de Hollywood, California.

O concurso está aberto a todos os arquitetos e "designers" pertencentes aos países membros da UIA. As inscrições deverão ser solicitadas a **Mr. George Vernon Russel, Mount Olympus Homes Competition, 410 North Rosenell Terrace, Los Angelles 26, California, USA,** antes de 20 de março de 1964.

Programa

O programa consiste em projetar casas destinadas a três famílias distintas, de interêsse e idades diferentes. Tôda informação necessária e concernente a êste concurso será enviada aos concorrentes inscritos, que poderão optar por um dos 3 tipos de casas, ou pelos três.

Juri

O Juri será composto de sete membros, dos quais 3 serão de outras nações. Pierre Vago, secretário geral da UIA, será um dêsses três membros, os nomes dos demais não foi ainda anunciado.

Prêmios

1.º Prêmio (1 em cada categoria) 3

Grande Prêmio (atribuido ao melhor dos 3 primeiros prêmios) US 5.000 — US 5.000.

2.º Prêmio (1 em cada categoria) 3 a US 2.500 — US 7.500.

3.º Prêmio (1 em cada categoria) 3 a US 1.000 — US 3.000.

4.º Prêmio (2 em cada categoria) 6 a US 500 — US 3.000.

5.º Prêmio (5 em cada categoria) 15 a US 100 — US 1.500.

Total — US 50.000.

Além dos prêmios concedidos, ao vencedor do "Grande Prêmio" serão pagos, como honorários, 12 1/2% do custo da construção. Se o vencedor não fôr arquiteto inscrito na Ordem dos Arquitetos da California, êle deverá se inscrever ou associar-se a um arquiteto da Califórnia, à sua escolha. Os vencedores poderão receber seus prêmios em um banco internacional, 10 dias após o julgamento do concurso.

Os projetos deverão ser remetidos até o dia **5 de setembro de 1964** e deverão chegar as mãos dos organizadores até o dia **26 de setembro de 1964.**

Legislação

NORMAS PARA ANÚNCIOS

GB-Decreto "N" N.º 121 — de 27 de dezembro de 1963.

Regulamenta autorização para anúncios, letreiros, placas, tabuletas, cartazes, painéis, avisos.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais decreta:

Art. 1.º — Anúncios são tôdas as indicações por meio de inscrições em tabuletas, cartazes, painéis, referentes a estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais, consultórios, escritórios, casas de diversões etc., ou a produtos de qualquer espécie .

Parágrafo único — Para os efeitos dêste artigo, não se consideram anúncios as indicações por inscrições, placas, tabuletas ou avisos referentes a negócio, indústria ou profissão exercidos no prédio em que sejam colocados, desde que sejam colocados, desde que sejam sucintos e objetivos.

Art. 2.º — E' expressamente proibida a colocação de anúncios nos seguintes casos:

a) dentro dos limites das fachadas de edifícios, onde só é permitida a colocação de letreiros:

b) quando sua colocação venha perturbar a perspectiva, depreciar o panorama ou prejudicar direitos de terceiros;

c) em ou sôbre muros, muralhas, gradis de parques, jardins ou outro logradouro público;

d) na pavimentação ou meios-fios dos logradouros públicos;

e) quando sejam escandalosos, em linguagem ou alegoria, ou façam referências desairosas a indivíduos ou instituições.

Art. 3.º — A colocação de anúncios poderá ser concedida:

a) sôbre muros de terrenos baldios, quando constituídos por pintura mural ou revestimentos adequados, com a prévia concordância do proprietário;

b) no interior de terrenos baldios, desde que os respectivos anúncios constituam painéis emoldurados, colocados sôbre postes aparelhados ou pintados e que distem, no mínimo, 0,60 (sessenta centímetros) do alinhamento do logradouro ou das vias de transporte.

c) sôbre edifícios de zona comercial ou industrial ou dos núcleos comerciais das zonas residenciais, desde que sejam luminosos e não prejudiquem o aspecto de edifícios de acentuado valor arquitetônico.

A MELHOR LINHA DE METAIS PARA LOUÇAS

NOVO SIFÃO COMPACTO INDU

PARA LAVATÓRIOS E PIAS

Único que pode ser instalado em conjuntos de louça, sem ser necessária a remoção do pedestal para limpeza.



PATENTE DEPOSITADA

• FUNDIDO PELO PROCESSO SHELL MOLDING

• PERFEIÇÃO - ESMERO - QUALIDADE

1680

INDU COMPANHIA INDÚSTRIA METALÚRGICA
RUA NERVAL GOUVEIA, 273 · TEL. 29-9900
CENTRO: AV. RIO BRANCO, 151 - S/1002 - TEL. 42 5518
RIO DE JANEIRO GB

d) em tapumes de obras de andamento;

e) no interior de casas comerciais;

f) no interior de casas de diversões;

g) no interior de estações de embarque e desembarque.

Art. 4.º — Todos os anúncios e letreiros de qualquer espécie, uma vez instalados deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.

Art. 5.º — Os letreiros e anúncios, de caráter provisório, de qualquer espécie dependem de prévia licença.

Art. 6.º — Os requerimentos de licença para colocação de anúncios, letreiros, ou painéis deverão mencionar:

a) local de exibição;

b) natureza do material;

c) dimensões e desenho detalhado;

d) teor dos dizeres;

e) se fôr iluminado — tipo de iluminação.

Art. 7.º — O pedido inicial e despacho dos processos de licença para anúncios ou letreiros, inclusive colocação de painéis, em qualquer de suas modalidades, é atribuição privativa do órgão regional do Departamento de Fiscalização da Secretaria do Govêrno.

Parágrafo único — Do despacho do órgão local do GDF, cabe recurso ao Diretor do Departamento de Fiscalização, da Secertaria do Govêrno.

Art. 8.º — Os anúncios, tabuletas, painéis, etc., uma vez licenciados, terão uma inscrição no órgão próprio do GDF.

Art. 9.º — O Diretor do GDF baixará as normas complementares necessárias e resolverá os casos omissos.

Art. 10.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições e mcontrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963. 75.º da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda, Raphael de Almeida Magalhães. (D.O. de 3-1-1964, págs. 83 e 84).

GB — BENS NATURAIS — PLANO DE PROTEÇÃO

Lei n.º 406 — de 12 de novembro de 1963.

Institui o plano de proteção aos bens naturais.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Artigo 11, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 406 de 12 de novembro de 1963, oriunda do Projeto de Lei n.º 21 de 1963:

Art. 1.º — Fica o Govêrno do Estado autorizado a elaborar dentro de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação da persente lei, o Plano de Proteção aos Bens Naturais, do Estado da Guanabara, dedicando especial atenção ao reflorestamento com o objetivo, inclusive, de evitar os riscos progressivos ocasionados pela erosão.

Art. 2.º — O trabalho de reflorestamento, previsto pelo artigo anterior, será iniciado ainda no corrente exercício e em caráter intensivo.

Art. 3.º — Para evitar a continuidade e os riscos de erosão progressiva das encostas, o Plano de Proteção aos Bens Naturais do Estado da Guanabara deverá prever obras de canalização adequada ao escoamento das águas pluviais.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa, do Estado da Guanabara, 12 de novembro de 1963. Raul Brunini, Presidente.

CONJUNTO ARQUITETONICO — IV CENTENÁRIO

GB — Lei n.º 464, de 27 de novembro de 1963.

Autoriza a construção de conjunto arquitetônico monumental, comemorativo do IV Centenário da Cidade e dá outras providências.

O Presidente da Asembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Artigo 11, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 464, de 27 de dezembro de 1963, oriunda do Projeto de Lei n.º 463, de 1963:

Art. 1.º — Fica o Executivo autorizado a construir em local a seu critério, um conjunto arquitetônico monumental, comemorativo do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

§ 1.º — O projeto para a construção do conjunto será objeto de concurso público, aberto a todos os arquitetos diplomados, devendo obrigatòriamente fazer parte do programa o Monumento ao IV Centenário, com motivos que também se refiram à Fundação da Cidade e à Criação do Estado da Guanabara, um salão para congressos, com capacidade para 1.000 (mil) congressistas, um salão para exposições, salas para administração, lojas para comércio de lembranças, agência dos Correios e Telégrafos e demais dependências necessárias ao funcionamento de congressos e conferências nacionais e internacionais.

§ 2.º — A Comissão Julgadora do concurso público de projetos será constituída dos seguintes membros: um arquiteto representante do Governador do Estado; um arquiteto representante da Secretaria de Turismo; um arquiteto representante do Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento da Guanabara.

§ 3.º — O Governador do Estado da Guanabara terá o prazo máximo de 90 dias, a contar da data da publicação desta lei, para a regulamentação e realização do concurso referido nos parágrafos anteriores, de acôrdo com as normas estabelecidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e publicação do resultado, devendo enviar, em seguida, ao Poder Legislativo, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do resultado do concurso, mensagem abrindo crédito especial para as obras.

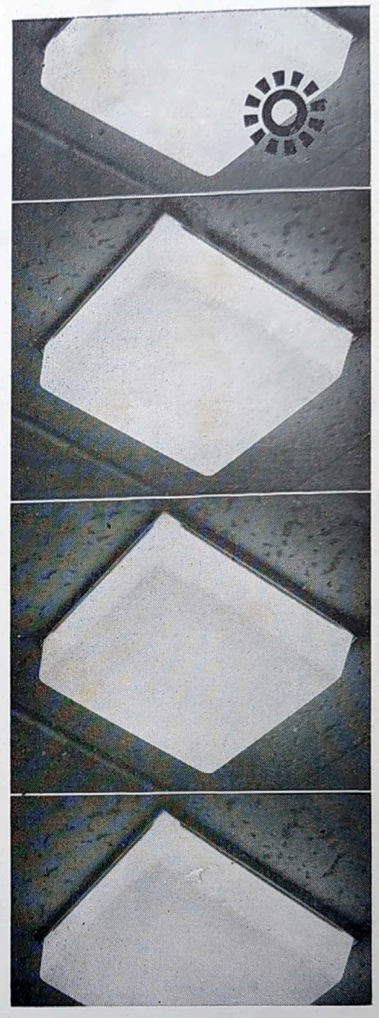
§ 4.º — Os trabalhos contratados com o arquiteto vencedor do concurso serão remunerados de acôrdo com o que estabelecer a tabela do Instituto de Arquitetos do Brasil em vigor na época.

§ 5.º — O conjunto arquitetônico monumental de que trata a presente lei deverá ser construído com urgência, de forma a ser inaugurado em 1965, dentro das festividades comemorativas do IV Centenário da Cidade.

§ 6.º — O referido conjunto será administrado pela Secretaria de Turismo, que organizará o seu funcionamento de modo que a renda proveniente do aluguel das suas instalações, a ser recolhida aos cofres do Estado, seja igual ou superior ao montante das despesas necessárias a sua manutenção e conservação.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa, do Estado da Guanabara, 27 de dezembro de 1963. — Raul Brunini, Presidente. (Diário da Assembléia Legislativa, 4-1-64, capa).



Estante

ADOLF LOOS, OBRAS COMPLETAS

Uma editora austríaca publicou recentemente o primeiro volume das "Obras Completas" do arquiteto Adolf Loss. O conhecido arquiteto de vanguarda e pioneiro da arte moderna era, também, um excelente escritor. O segundo volume compreenderá todos os artigos, ensaios que o próprio Loos não publicou, inéditos ou aparecidos nos jornais e hoje esquecidos.

(U.I.A. 23)

"Da Babilonia às H.L.M. — A HABITAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DOS TEMPOS"

Com êste título publicou o arquiteto francês Henri Albert uma obra útil à construtores, sociólogos, administradores, urbanistas, uma vez que se trata de uma verdadeira filosofia histórica da moradia, agradável de ler e onde todos acharão matéria para refletir.

LUMINÁRIAS "DECORLITE" EM PLÁSTICO ACRÍLICO

DECOR NEON S.A.

departamento de vendas:
av. nilo peçanha 12, grupo 423
Tels.: 22-9079, 42-0549, 52-4838

PINTAR É UM DESCANSO!

...COM OS PRODUTOS

TINTAS E VERNIZES PARA TODOS OS FINS

MSA
SÍMBOLO DE QUALIDADE

O elevado poder de cobertura, a grande secatividade e durabilidade e o excepcional índice de rendimento dos produtos MSA - os mais econômicos em sua categoria - tornam facílima a sua aplicação, oferecendo sempre resultados compensadores!



FLATEX - Tinta de emulsão, fôsca, lavável, excelente para paredes de interiores.

CANÁRIO - Tinta a óleo, brilhante, de primeira qualidade, para madeira. Lindas côres.

CAIÇARA - Tinta fôsca, alquídica acetinada, para interiores (paredes, portas, esquadrias, etc.

SUPER FLATEX - Tinta plástica, fôsca acetinada, à base de P.V.A., para interiores.

NIULAC - À base de nitrocelulose é a tinta ideal para autos e outras superfícies metálicas.

SINTEX - Esmalte sintético - rápido - para interiores e exteriores. Excelente secatividade.

SINT-O-LIN - Esmalte sintético, alquídico-fenólico, para uso geral. Côres modernissimas.

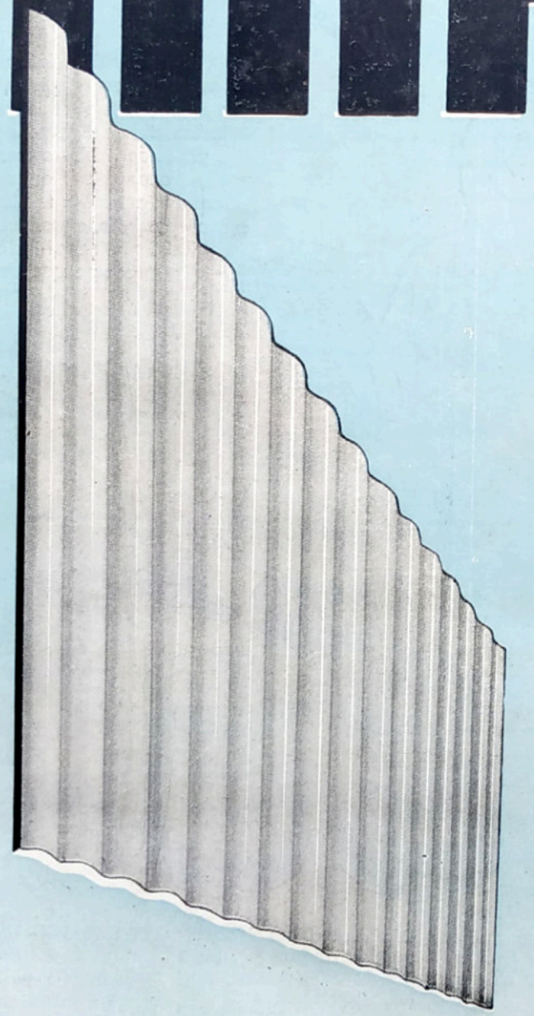
MEB-O-LINE - Tinta à base de óleo, brilhante, econômica e de boa durabilidade.

RIO - S. PAULO - P. ALEGRE - B. HORIZONTE - RECIFE - SALVADOR
BELÉM - NITERÓI - PELOTAS - FORTALEZA - MARÍLIA - VITÓRIA

Meshla

CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS



Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO

CBA